



# CPI da Câmara de São Paulo investiga devedores de impostos e fraudes

PÁGINA 11

## PL lidera corridas para o governo e para o Senado

A corrida eleitoral de 2026 se intensifica no país, com empates e disputas acirradas em diversos estados a menos de seis meses do 1º turno. Levantamento nacional aponta que a eleição para governos e Senado segue aberta, com múltiplos cenários de igualdade técnica. O PL surge com vantagem no panorama geral, podendo eleger até 10 governadores e 14 senadores, seguido por MDB e PSD em posições relevantes. No Distrito Federal, escândalo do BRB altera o cenário e leva a um empate quádruplo. Estados como RS, PR, MG, CE e outros também registram disputas apertadas entre principais nomes nas pesquisas



Antonio Augusto/Ascom/TSE

Eleição de 2026 tem disputas apertadas e empates em vários estados brasileiros

## Cinco auditores demitidos no estado

O Governo de SP demitiu cinco auditores por irregularidades ligadas às operações Ícaro e desdobramentos. Sete foram desligados em abril e 17 seguem afastados

PÁGINA 15

## Roubos e furtos de veículos caem 37,3%

Os roubos de veículos no estado de São Paulo tiveram queda de 37,3% no primeiro trimestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2025. De janeiro a março foram 4.355 casos

PÁGINA 15

Pablo Jacob/Governo de SP



Projeto prevê aumento e amplia diferença frente ao federal

## Reajuste do piso salarial paulista avança na Alesp

O governador do estado, Tarcsísio de Freitas, enviou à Alesp projeto que eleva o salário-mínimo paulista a R\$ 1.874,36.

O valor supera o nacional em 15,6% e pode vigorar em 2026, beneficiando mais de 70 categorias sem piso definido

PÁGINA 14

## Livros descartados em Osasco viram alvo do MP

O Ministério Público de SP abriu inquérito sobre descarte de livros da Biblioteca Monteiro Lobato, em Osasco. Obras

foram vistas em caçambas. Prefeitura fala em falha no transporte e preservação do acervo. Movimentos cobram apuração

PÁGINA 14

PÁGINA 24

## Reforma tributária começa no Brasil

Texto explica primeiros passos do novo sistema de impostos

Freepik



Empresas e governos ajustam sistemas ao novo modelo

PÁGINA 9

## Corinthians tem déficit acima do previsto

Em 2026, o time registrou déficit de R\$ 93,6 milhões acima do previsto no orçamento para o período. O desempenho negativo foi influenciado por despesas operacionais

PÁGINA 22

## FERNANDO MOLICA

A sedução que histórias ficcionais exercem sobre nós

PÁGINA 2

## VICTOR CORRÊA

A morte é igual para todos. O luto, não

PÁGINA 4

## Fernando Molica

### Verdades na fantasia da ficção

Os discursos dos escritores Ana Maria Machado e Milton Hatoum na posse deste na Academia Brasileira de Letras trataram de um tema fundamental, a sedução que histórias ficcionais exercem sobre nós.

Trata-se de um processo curioso, capaz de fazer com que nos emocionemos com livros, filmes, lendas, novelas, peças de teatro, músicas: adoramos histórias que sabemos inventadas, protagonizadas, quase sempre, por pessoas que não existiram de carne e osso.

O fato de elas não terem sido gente como a gente não nos impede de chorar, de amar, de odiar, de torcer por A ou B como se estivéssemos em um jogo de futebol (outra ficção, disputa que tem um valor excepcional pela relação simbólica e apaixonada que temos com um time).

Ao receber o novo integrante da ABL, Ana Maria Machado citou a tabelinha que existe entre escritor e leitor. Destacou que a escrita de Hatoum “aposta na cumplicidade inteligente entre quem cria com palavras e quem recebe essa criação com generosidade, assim se capacitando a recriar e imaginar um mundo e seus submundos”. Um relato, afinal, só existe se há quem nele acredite — mesmo nos casos em que fica evidente a presença da ficção.

Depois, ressaltou como a profissão original do romancista — formado em arquitetura — é decisiva em seus livros. Afirmou que sua obra “tem estrutura sólida e bem arquitetada, que o mantém de pé, sobre fundações firmes”, uma linguagem “capaz de acionar memória e imaginação sobre o tecido da observação do real”. Ficção seria o resultado de uma conversa entre autor e leitores/espectadores/ouvintes, uma prosa permeada pelas experiências de cada um.

Hatoum, por sua vez, enfatizou que o leitor “acredita nas estórias inventadas, que não são casos acontecidos, mas que poderiam ter acontecido”. “Então — continuou — é melhor acreditar nas estórias inventadas: são mais verdadeiras e menos constrangedoras”.

Citou ainda um aparente paradoxo em um conto de Guimarães Rosa. Nele, o narrador afirma: “E assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho desse jeito, sem tirar nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma estória inventada, e não é um caso acontecido, não senhor”. Ou seja, a boa ficção não mente.

Para Hatoum, escritores, poetas e leitores são “imigrantes do imaginário”; capazes de superar qualquer tipo de fronteira, alimentam-se também “da imaginação, dos sonhos e das línguas alheias”. Uma constatação que embute o que talvez a literatura e as artes de um modo geral tenham de melhor: a capacidade de promover a possibilidade de entendimento do outro, daquele que nos era estranho, mesmo vivendo no mesmo país, na mesma cidade, no limite, na mesma casa.

Uma característica de abertura ao desconhecido que faz da literatura uma adversária de certezas, de verdades absolutas, do que Ana Maria Machado classificou de “fórmulas simplificadoras ou oportunismo seletivo”.

Milton Hatoum matou no peito e frisou: o que se espera de um texto literário “é justamente o inesperado, o mistério, a complexidade dos conflitos e a dimensão simbólica de seus enigmas, que nunca se revelam por inteiro”. Como a vida, do jeito que ela é, completaria Nelson Rodrigues.

## Tales Faria

### Alcolumbre: “Lula envia, eu pauto”

“O presidente decide quando e quem ele indicará, mas é o Senado que decide se e quando será aprovado. Ele envia, eu pauto e o Senado vota.”

Foi essa a reação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ao saber que o líder do governo no Congresso, Randolfé Rodrigues (PT-AP), declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá indicar um novo nome para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ou seja, se o próximo indicado para ministro do STF não for antecipadamente negociado com o Congresso, repete-se o enredo do advogado-geral da União, Jorge Messias: Alcolumbre demora a pautar a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, como ocorreu nesta quarta-feira, 29, o plenário, derruba o nome.

O recado dado por Davi Alcolumbre parece óbvio, mas não foi seguido pelos articuladores políticos do governo: há atribuições do Executivo e do Legislativo na nomeação de ministros do STF e a responsabilidade tem que ser compartilhada.

Davi Alcolumbre havia indicado para Lula o senador mineiro Rodrigo Pacheco (ex-PSD, hoje PSB). Mas foi ignorado. O presidente precisava de Pacheco como candidato a governador para montar um palanque em Minas Gerais em defesa de sua reeleição. Resolveu não acolher a indicação de Alcolumbre e enviou ao Congresso o nome de Messias, que havia sido assessor do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-AL).

Só esqueceram de combinar com Alcolumbre, que se sentiu atropelado e reagiu declarando guerra: “Vocês me traíram”, disse a Wagner quando se encontram no plenário. Ficaram quase sem se falar. Só voltaram a trocar palavras recentemente. Mas nem Wagner, nem o presidente da República deram ao episódio a dimensão que deviam dar.

Foi mantida a indicação de Messias sem uma conversa às claras entre Lula e Alcolumbre, o que deixou o presidente do Senado convencido de que precisava impor uma derrota ao governo para que indicações futuras sejam negociadas antes de serem apresentadas publicamente.

Não agradaram a Alcolumbre e ao centrão as indicações anteriores de Lula. Cristiano Zanin, não foi considerado uma boa escolha porque era advogado pessoal do presidente. E Flávio Dino, porque, embora reconhecido como excelente jurista, se trata de um político marcadamente de esquerda que tem impedido as manobras do centrão na distribuição de emendas parlamentares.

Já havia uma insatisfação com os demais integrantes do Supremo. Tão grande que parte do centrão se aliou aos bolsonaristas na defesa de limitações aos ministros, como corte de benefícios e apoio a pedidos de impeachment.

Nada disso foi levado em conta. Alcolumbre, por seu lado, fingiu-se de vencido para pegar o governo de surpresa. E pegou. Agora que o cristal quebrou, o jeito talvez seja mandar um novo nome ao Congresso e juntar os caquinhos.

## EDITORIAL

### A violência invisível que se perpetua

A morte de uma mulher por feminicídio não encerra somente uma história. Ela inaugura outras, que frequentemente são invisíveis, silenciosas e duradouras. Contudo, o que raramente se considera é que, junto com a vítima, uma rede inteira de vidas é completamente estraçalhada.

O Brasil registrou milhares de casos de feminicídio nos últimos anos: ao menos 2.149 assassinatos em 2025, quase seis por dia. E cada uma dessas mortes deixou marcas que não cabem nas estatísticas, mas ajudam a dimensionar o abismo.

Estima-se que cerca de 2,5 mil crianças e adolescentes por ano perdem as suas mães para esse tipo de crime, enquanto levantamentos recentes apontam mais de 4 mil órfãos apenas desde 2023.

Entretanto, o dado mais devastador talvez seja outro. Em grande parte dos casos, o autor do crime é o próprio pai. A equação é cruel: perde-se a mãe para a violência doméstica e o pai para o sistema prisional. Um duplo abandono parental.

Essas crianças e adolescentes tornam-se o que especialistas passaram a chamar de “vítimas indiretas” do feminicídio. Porque, na prática, elas carregam consequências diretas e profundas, como traumas psicológicos, depressão, ansiedade, dificuldades escolares e de socialização, além de maior risco de reproduzir os ciclos de violência.

Há ainda uma outra camada de dor pouco discutida: a dos avós. Quando o feminicídio é cometido tendo o próprio filho como autor do crime, eles perdem o convívio com os netos, os quais frequentemente ficam com os avós da vítima assassinada ou são levados para o sistema de acolhimento.

Diante de tamanha tragédia social, a resposta do Estado ainda é insuficiente. Embora exista previsão de pensão para filhos de vítimas, sua implementação é recente, restrita e pouco conhecida. E, mais grave, o apoio psicossocial, algo essencial, segue como lacuna. O que se oferece, na maioria dos casos, é um benefício financeiro mínimo diante de uma perda irreparável.

Faltam políticas públicas estruturadas, acompanhamento psicológico continuado, suporte às famílias que acolhem essas crianças e estratégias de longo prazo para evitar que a violência herdada se perpetue. Falta, sobretudo, reconhecer que essas crianças são vítimas centrais de um crime que insiste em ser tratado apenas como estatística criminal.

O feminicídio não termina no ato, ele permanece ecoando. Ignorar os órfãos do feminicídio é permitir que a violência continue agindo de forma mais lenta, mas igualmente devastadora.

Quando o Estado falha em ampará-los, isso não se configura em apenas omissão, mas também em continuidade.

## Opinião do leitor

### Havelange

Não exagero ao afirmar que João Havelange foi um homem notável. Próximo dia 8, completaria 110 anos de idade. Uniu povos e nações pelo futebol. Como presidente da antiga CBD, o Brasil conquistou o tri no futebol. Havelange teve participação fundamental na escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Vicente Limongi Netto  
Brasília - Distrito Federal

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)  
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil  
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sâ e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872  
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520  
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadrá 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes  
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200  
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

## PINGA-FOGO

■ **GESTÃO DE COUTO ESTREIA NAS REDES SOCIAIS** - Parabéns ao desembargador Ricardo Couto que, depois da postagem nas redes sociais da coluna sobre a falta de transparência na sua passagem pelo Executivo estadual, autorizou o uso das redes sociais do governo para explicar as mudanças no Programa Segurança Presente. Se houvesse compartilhamento dos seus atos muito além do Diário Oficial, teria evitado o clima de insegurança e fofocaria que correu sobre a acertada atitude.

■ **O PORTA-VOZ INFORMAL DE COUTO NAS REDES SOCIAIS** - Cada vez mais fica difícil de defender em Brasília a ideia que a intervenção judicial no Rio não está a serviço eleitoral do PSD. A transferência do Segurança Presente da Segov para a área de segurança era um velho pleito no estado do Rio. Mas quem surfou no marketing eleitoral foi o pré-candidato do PSD, Eduardo Paes, em duas postagens consecutivas sobre o tema. Em um primeiro vídeo, elogiou a iniciativa e, no segundo, elogiou uma postagem do secretário de Segurança, Victor Cesar dos Santos, deixando-o de saia justa pelo uso eleitoral da sua imagem de forma involuntária. Até quando o estado resolve falar, Paes fatura eleitoralmente.

■ **FROTA DE 35 RAV4 BLINDADOS DA TOYOTA DO TRF-2 FOI CEDIDA POR RICARDO COUTO** - Como presidente do TJRJ, o desembargador Ricardo Couto tem demonstrado ser um grande gestor, capaz de estender para outras cortes os robustos investimentos e conquistas da gestão. Da Frota de 320 carros RAV4 da Toyota, blindados (uma necessidade para o clima de insegurança do estado) que adquiriu com o fundo estadual de justiça, o TRF-2, que é presidido pelo Desembargador Luiz Paulo Araújo, 35 carros do estado foram destinados para cada desembargador federal. O termo de cooperação entre o TJRJ e o TRF-2 teve compensação para a corte estadual. Ele recebeu em troca da cessão das 35 viaturas blindadas, de 2 ou 3 servidores, transferindo para um programa conjunto de administração de processos judiciais.

■ **LATA VELHA SÓ PARA OS MINISTROS DO STJ** - A generosidade do desembargador Ricardo Couto com os desembargadores federais do Rio causou desconforto e até uma ponta de constrangimento para os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os carros que os ministros utilizam em Brasília e no Rio não são blindados e a idade média da frota é de nove anos. As "latas velhas" do STJ nem se comparam aos modernos e zero RAV4 blindados da Toyota, cedidos pelo presidente do TJRJ ao tribunal federal do Rio.

■ **SITE CHAMA ATENÇÃO DE LICITAÇÃO DE R\$ 16 MILHÕES PARA BLINDADOS NA INTERVENÇÃO DE RICARDO COUTO** - Já que o as-

sunto é blindados... o site Tempo Real (Berenice Seara com o apoio de Mário Filipe - Marinho) publica sobre a abertura, pela gestão de Ricardo Couto, agora no Executivo, de licitação de R\$ 16 milhões para locação de SUVs blindados. Segundo o site "o GSI justifica a licitação com base na necessidade de substituir contratos firmados em 2022 — com empresas como Rei dos Blindados, CS Brasil Frotas e Libex — e de adequar a frota às demandas futuras da administração, especialmente diante de mudanças previstas no cenário político após as eleições de 2026. O edital surge em um momento de restrição fiscal no estado, após a adoção de medidas para revisão de despesas e suspensão de novas contratações sem disponibilidade orçamentária".

■ Vale lembrar que Ricardo Couto utiliza os carros blindados do TJRJ, que tem uma frota de 320 Toyota a SUVs. Como o estado está em crise, ele poderia ceder provisoriamente algumas viaturas, como fez para o TRF-2. Em tempo, um estudo interno do Tribunal demonstrou que a compra sairia mais econômica do que a locação.

■ **TRAZENDO O TRIBUNAL PARA UMA CONFUSÃO QUE NÃO LHE PERTENCE** - Ao defender o colega Ricardo Couto em entrevista Folha de São Paulo, o ex-presidente do TJRJ, desembargador aposentado Henrique Figueira, acabou provocando um efeito inesperado no meio dos desembargadores da ativa do Tribunal de Justiça. Involuntariamente, Figueira trouxe os holofotes para a Corte no meio de uma polêmica sobre a inconstitucionalidade do Executivo estadual do Rio de Janeiro estar sendo ocupado por interventor judicial, já que a linha sucessória foi recomposta no dia 17 de abril com a eleição do Presidente da Assembleia Legislativa. Quem responde agora pelo estado é o CPF do desembargador Ricardo Couto de Castro e não o CNPJ do TJRJ. As suas decisões são individuais e até os desembargadores mais próximos não são consulta-

dos. Comandar o Executivo estadual pelo efeito de uma liminar e pelo pedido de vistas dos dois ministros do STF da cota pessoal de Lula, em uma reclamação originária de um pedido do PSD estadual, causa um profundo constrangimento aos desembargadores que zelam pelo respeito às leis e especialmente à Constituição. Tudo que eles não querem é ver a imagem do TJRJ misturada nesta confusão e limbo jurídico.

■ **O DNA DO PSD NA INTERVENÇÃO JUDICIAL DO RIO** - A politização está no gênesis e no DNA da intervenção judicial que colocou o desembargador Ricardo Couto no Guanabara. O Judiciário não inicia processos sozinhos. Para que a Justiça se manifeste, alguém (uma pessoa, empresa ou o Ministério Público) deve apresentar uma petição inicial ou denúncia. A reclamação foi protocolada pelo PSD estadual, que tem Eduardo Paes como pré-candidato ao Governo. Como não atribuir à politização o período de interferência judicial no processo sucessório do Rio? É a pergunta que tem sido feita por juristas e constitucionalistas mais renomados do país sobre a intervenção judicial a que o poder Executivo está submetido. Até a eleição da presidência da Alerj, o desembargador Ricardo Couto era o legítimo ocupante do Palácio Guanabara. Com a recomposição do processo sucessório, ele está pendurado por uma liminar.

■ **O deputado federal Pedro Paulo, presidente da executiva estadual, já confidenciou que apresentou a reclamação por birra - para incomodar - e nunca esperava que prosperasse. Ganhou força depois que Lula cessou os apelos de Eduardo Paes, Marcelo Freixo e Quaquá e passou orientação aos ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin.**

■ **CURI DERRAPA AO DIZER QUE SHAKIRA É 'PÃO E CIRCO': SETOR DO TURISMO REAGIU** - Dizem que o Delegado Felipe Curi está no aquecimento para entrar em campo no primeiro sinal do senador Flávio Bolsonaro. Ele só não vai ter o apoio do setor de turis-

mo. Um dos seus últimos atos antes de deixar a Secretaria da Polícia Civil foi participar da reunião do Conselho Estadual de Turismo, realizado no Roxy. Saiu aplaudido. Agora está sendo vaiado por dizer que o show da Shakira era "pão e circo". Não aprendeu nada sobre como o turismo gera renda para a economia e para os mais humildes. A postagem de Curi teve reações imediatas na sua rede social de profissionais do setor.

■ **FAULHABER NEGA RABISCO CONTRA CURI** - Aliás, o nome de Felipe Curi é o que causa preocupação para a turma de Eduardo Paes, da mesma forma que Wilson Witzel fez o estrago em 2018.

■ Já o marqueteiro de Paes, Marcelo Faulhaber, não acredita que Curi possa ser candidato. Ele nega nota da coluna publicada em janeiro e diz que nunca fez rabisco de peça publicitária ou estratégia para contrapor o delegado, mesmo quando ele aparecia como possível candidato ao governo do estado de forma mais robusta.

■ **RIO GANHA ALIADO INÉDITO NO JULGAMENTO DOS ROYALTIES** - O governo federal fez as contas e descobriu que vai perder muita receita se o julgamento do STF favorecer os outros estados contra o Rio. Ele entrou na pauta de julgamento no próximo dia 06 e o Governo do Rio ganhou um aliado inesperado: a União.

■ **NEPOTISMO NO ISP: MARRIDO VAI ASSESSORAR ESPOSA** - O GSI do Governo Estadual anda tão ocupado em fazer o compliance de quem vai ser degolado que está dormindo no ponto de quem entra no governo. Veja estes dois atos assinados pelo desembargador Ricardo Couto com nomeações:

■ **"NOMEIA VANESSA CAMPAGNAC DA SILVA BARROS, ID Funcional nº 4336695-3, com validade a contar de 15 de abril de 2026, no cargo em comissão de Vice-Presidente, símbolo**

## Encontro entre amigos vira especulação política

Na última sexta-feira, feriado de 1º de maio, na varanda do La Bicyclette, um encontro informal de amigos virou notícias com pitadas de maldade. Não foi nada além de uma conversa informal no final da manhã de feriado, marcado por WhatsApp, que reuniu colegas da Procuradoria do Estado: presentes o advogado Raphael Moreira; os procuradores Rodrigo Zambão, Leonardo Espíndola Dias, Bruno Dubeux, Flávio Willeman, Anderson Schreiber e Thiers Montebello (sogro de Flávio), Cláudio Roberto Marques Pieruccetti, Rafael Cid e no final da mesa, Rafael Rolim. Um encontro de amigos onde não se falou de política e muito menos de gestão do estado.



# MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

CM



## Leonardo Chucrute

### Fidelizando clientes e construindo relações duradouras

Ao empreender, uma das dúvidas mais recorrentes está relacionada à fidelização de clientes. Em um mercado cada vez mais competitivo, repleto de opções, ofertas e estímulos, fazer com que um cliente retorne e construa uma relação duradoura tornou-se um dos grandes desafios da atualidade. Mais do que vender, é preciso encantar, pois um cliente satisfeito tende a indicar o negócio para outras pessoas.

No setor educacional, a fidelização começa antes mesmo da efetivação da ma-

trícula. Ela nasce no primeiro contato, no primeiro olhar, na primeira conversa e no primeiro atendimento. Esse relacionamento inicial é decisivo para gerar conexão, construir confiança e fortalecer a percepção de valor da instituição de ensino. É importante lembrar que cada detalhe comunica.

O primeiro contato, seja presencial, telefônico ou digital, deve ser uma verdadeira experiência. Essa orientação vale para qualquer nicho de mercado. A equipe responsável pelo atendimento precisa estar

preparada, com comunicação clara e afetiva, domínio das informações e prática de escuta ativa. Compreender as reais necessidades do cliente é fundamental para oferecer soluções assertivas. No contexto educacional, é essencial refletir sobre como a escola pode atender, suprir e até superar as expectativas das famílias.

A construção da confiança é um pilar indispensável. Afinal, a escola é o ambiente em que a criança passa grande parte do dia, desenvolvendo não apenas conhecimentos

acadêmicos, mas também valores e relações sociais. Por isso, ações como oferecer uma visita guiada, apresentar com clareza a proposta pedagógica e destacar os diferenciais da instituição são estratégias fundamentais. Outro ponto relevante é o acompanhamento contínuo. Após o primeiro contato, manter o relacionamento ativo por meio de mensagens personalizadas, convites para eventos e conteúdos educativos contribui para o fortalecimento do vínculo.

**\*CEO do Zerohum.**

## Victor Corrêa\*

### A morte é igual para todos. O luto, não

Milhões de brasileiros assistiam ao Big Brother Brasil quando a participante Ana Paula foi informada, a dois dias da final, da morte de seu pai. Dois dias antes, o apresentador Tadeu Schmidt chorava ao vivo pela morte do irmão, o ex-jogador de basquete Oscar Schmidt.

Mesmo visivelmente desolada, Ana Paula escolheu continuar na disputa. Faltavam dois dias para a final, e ela era considerada favorita, embora sem plena certeza disso após enfrentar diversos paredões.

Tadeu chorou ao vivo, com o irmão, o "Mão Santa", no telão do reality show. Nas redes sociais, houve quem acusasse a TV Globo de desumana por não ter encerrado o programa.

Decisões como essa, no entanto, não são

simples, já que o BBB responde por uma fatia relevante do faturamento anual da emissora.

Ana Paula poderia sair para o sepultamento do pai, mas, nesse caso, seria automaticamente eliminada. A regra é conhecida por todos os participantes, ainda que ninguém espere enfrentar uma perda desse tipo durante o confinamento.

Em entrevista à jornalista Poliana Abrita, Tadeu lembrou o irmão por meio de fotos e histórias. Com a voz embargada, admitiu que não lida bem com a morte.

Certa vez, entrevistei Fernanda Montenegro quando ela completava 85 anos. Perguntei como se sentia ao chegar àquela idade, e ela respondeu que o mais difícil era ver partir os amigos de sua geração e também das ante-

riores. Disse que já havia perdido a conta de quantos velórios frequentou ao longo da vida.

Tadeu voltou a trabalhar no mesmo dia, e Ana Paula seguiu até o fim do programa. Ambos estavam abalados, mas contavam com uma rede de apoio financeira, emocional e profissional que a maioria das pessoas não tem.

Pela CLT, o trabalhador brasileiro tem direito a dois dias consecutivos de licença em caso de morte de familiares próximos. Não importa o tamanho da dor envolvida. Para outros vínculos, como tios, primos ou pessoas com quem se mantém uma convivência próxima, não há garantia legal, e a ausência acaba dependendo da sensibilidade do empregador.

Um projeto aprovado pelo Senado em setembro de 2025 propõe ampliar esse prazo

para oito dias, mas a medida ainda está em análise na Câmara dos Deputados.

Em 2022, a Organização Mundial da Saúde passou a reconhecer o luto prolongado como um transtorno. Em alguns casos, a dor não diminui com o tempo e segue ocupando o cotidiano de forma intensa, dificultando a aceitação da perda e o retorno à vida. Não se trata de fraqueza nem de falta de superação, mas de uma condição que pode paralisar.

O Estado sabe exatamente quando agir, que é no momento da morte, quando a certidão de óbito é emitida. O que falta vem depois. A morte é igual para todos. O luto, não.

**\*Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela FGV**

## Janguê Diniz\*

### Saúde mental como prioridade: o impacto da NR-1 nas IES

A entrada em vigor da nova redação da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) representa um dos movimentos mais relevantes das últimas décadas no campo da segurança e saúde no trabalho no Brasil, com impactos diretos e profundos sobre as instituições de educação superior (IES). Mais do que uma atualização normativa, trata-se de uma mudança de paradigma que desloca o foco tradicional, historicamente concentrado em riscos físicos, químicos e biológicos, para uma abordagem mais ampla, incorporando, de forma explícita e obrigatória, os riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

Prevista para entrar em vigor no dia 26 de maio, a nova regulamentação impõe às instituições educacionais não apenas ajustes técnicos, mas uma revisão estrutural de seus modelos de gestão, cultura organizacional e práticas de relacionamento com seus colaboradores.

O primeiro passo consiste no abandono de uma postura reativa e na adoção de uma lógica preventiva e sistêmica. Isso porque a NR-1 estabelece o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) como um processo contínuo, estruturado e documentado, exigindo a identificação, avaliação, controle e monitoramento de todos os riscos que possam afetar a saúde dos trabalhadores, inclusive aqueles decorrentes da organização do trabalho, como sobrecarga, assédio, falta de autonomia e falhas de comunicação.

No contexto das instituições de educação superior, esse desafio ganha contornos ainda mais complexos. Trata-se de organizações marcadas por atividades simultâneas, pressões acadêmicas e regulatórias, demandas administrativas e relações interpessoais densas. Professores, coordenadores e técnicos frequentemente lidam com acúmulo de funções e exigências cognitivas elevadas. Não por acaso, o setor educacional figura entre os mais impactados por afastamentos relacionados à saúde mental, com índices expressivos de estresse, ansiedade e síndrome de burnout.

Por isso, a principal implicação da NR-1 para as IES está justamente na exigência de que esses fatores deixem de ser tratados como questões periféricas ou individuais e passem a integrar o sistema de gestão de riscos. Isso significa que a saúde mental deve ser incorporada ao inventário de riscos ocupacionais e ao plano de ação institucional, com o mesmo rigor aplicado a outros tipos de risco.

A fiscalização não se limitará à existência de documentos. Ela exigirá coerência entre diagnóstico, medidas adotadas e resultados efetivos, com base em evidências concretas e participação dos trabalhadores. Em outras palavras, não será suficiente declarar boas intenções; será necessário demonstrar práticas consistentes e verificáveis.

Nesse sentido, a preparação das instituições deve começar por um diagnóstico apro-

fundado e setorizado dos riscos psicossociais. Não se trata de uma análise genérica, mas de um mapeamento que considere as especificidades de cada área e função. Essa abordagem evidencia um ponto central: a gestão de riscos psicossociais exige integração entre diferentes áreas da instituição, incluindo gestão de pessoas, segurança do trabalho, coordenações acadêmicas e alta administração.

Outro aspecto crucial é a mudança de foco das ações. A NR-1 é clara ao estabelecer que medidas exclusivamente individuais ou clínicas são insuficientes. O enfrentamento dos riscos psicossociais deve ocorrer prioritariamente no nível organizacional, por meio da revisão de processos, redistribuição de cargas de trabalho, melhoria dos fluxos de comunicação e fortalecimento das práticas de liderança. Essa diretriz desloca a responsabilidade do indivíduo para a estrutura institucional, exigindo das IES um compromisso real com a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, equilibrados e sustentáveis.

Além disso, a norma reforça a necessidade de participação ativa dos trabalhadores no processo de gestão de riscos. A escuta qualificada, por meio de pesquisas, entrevistas, grupos focais e canais de denúncia, deixa de ser uma prática recomendada e passa a ser uma exigência. Essa participação não apenas qualifica o diagnóstico, como também fortalece a cultura organizacional e amplia o engajamento

dos colaboradores. Ao mesmo tempo, impõe às instituições o desafio de criar mecanismos seguros, confiáveis e efetivos de acolhimento e tratamento das demandas apresentadas.

Do ponto de vista jurídico e financeiro, os impactos da não conformidade são significativos. A ausência de gestão adequada dos riscos psicossociais pode resultar em autuações, multas e aumento de passivos trabalhistas, além de custos indiretos relacionados à queda de produtividade, aumento da rotatividade e perda de talentos.

Em síntese, a nova NR-1 apresenta às instituições duas possibilidades: encarar a norma como uma obrigação burocrática ou como uma oportunidade estratégica de modernização. Aquelas que optarem pelo segundo caminho estarão mais bem posicionadas para enfrentar os desafios contemporâneos, fortalecer sua reputação, atrair e reter talentos e cumprir, com maior qualidade, sua função social. Afinal, cuidar da saúde mental de quem ensina e administra as instituições não é apenas uma exigência legal, mas condição essencial para a excelência acadêmica e para o futuro da educação superior no país.

**\*Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), secretário-executivo do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular, fundador e controlador do grupo Ser Educacional, e presidente do Instituto Êxito de Empreendedorismo**

## CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Lula e Alcolumbre: "camadas de constrangimento"

## Poderá mesmo haver uma mulher negra no STF

Ainda na noite de quarta-feira (29) após a derrota, a equipe que trabalhou pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF) avaliava a sua atuação. Concluía que o resultado não tinha qualquer relação direta com o próprio Messias. Não era uma rejeição a ele. Era uma conjugação de fatores políticos que envolvem muito mais os cálculos eleitorais. Principalmente, avaliavam, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), escolhera um lado. E esse lado não era mais o lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A partir dessa constatação, o que se amadureceu, na quinta (30), era que os próximos passos precisavam adicionar à relação "camadas de constrangimento".

### Sem brigas explícitas

O termo "camadas de constrangimento" foi dito por uma fonte ao Correio Político. O que significa isso? Significa Lula manter suas prerrogativas de indicação de um nome para o Supremo devolvendo a Alcolumbre e ao Senado os eventuais desgastes, seja a partir de uma decisão de Alcolumbre de segurar a análise seja quanto a uma eventual decisão do Senado de impor ao governo novamente uma derrota.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Cármén Lúcia: a mais bem avaliada

### Perfil fora do jogo político

Toda a trama que envolve a derrota de Messias está diretamente ligada à opção política da escolha. Por conta do Mensalão e da Lava Jato, Lula se ressentiu de ter escolhido no começo juristas mais técnicos para o Supremo. Entende que eles acabaram atuando contra ele. Passou a escolher nomes da sua estrita confiança. O ápice foi seu advogado pessoal, Cristiano Zanin. Por outro lado, o Senado forçou a indicação de um de seus pares, o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG). A avaliação passada a Lula agora é que ele faça uma escolha fora desse jogo político.

### Cármén Lúcia é a mais popular

Uma mulher jurista negra. Pesquisa Datafolha de abril mediu a popularidade dos ministros do STF. E concluiu que a ministra mais popular é Cármén Lúcia, a única mulher, professora de Direito, com carreira de procuradora em Minas Gerais. O Senado reprovava alguém com esse perfil que, além de reconhecida jurista e mulher, ainda fosse negra?

POR RUDOLFO LAGO

### Derrota

A avaliação feita a Lula é que, nesse caso, a interpretação da sociedade talvez não fosse que uma nova derrota viesse a ser dele, mas do Senado, ao impedir a escolha. Ou de Alcolumbre, por simplesmente não pautar a votação, impedindo a concretização de uma prerrogativa que é do presidente da República.

### Justiça

Rejeitava-se completamente uma ideia considerada estapafúrdia do advogado Marco Aurélio de Carvalho, do grupo Prerrogativas, de contestar a derrota de Messias no STF. A visão geral era de que aprovar ou não a indicação de Lula era da mesma forma uma prerrogativa constitucional do Senado.

### Alcolumbre

Porém, caso Lula fizesse uma nova indicação e Alcolumbre, como chegou a ventilar, sentasse em cima, não marcasse a sabatina e deixasse a escolha para o próximo presidente, ele, então, estaria coibindo o avanço da prerrogativa do presidente da República. E isso, sim, poderia gerar uma contestação judicial.

### CPMIs

Seria um caso semelhante ao que já foi julgado e decidido pelo STF, quando determinou que o presidente do Senado não teria o poder de simplesmente evitar a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito se ela tiver o número mínimo de assinaturas e preencher os requisitos. Precisa instalar a CPMI numa sessão do Congresso.

### Amigo

Na avaliação que foi feita, concluiu-se que seria fácil o Senado rejeitar a indicação de um ministro do STF somente porque se trata de um amigo do peito do presidente, destinado a blindá-lo na Corte de eventuais problemas jurídicos. Esse tipo de caráter político das escolhas é fortemente rejeitado pela sociedade.

### Sociedade

Mas a derrota de alguém que a sociedade visse como seu representante jogaria o desgaste para o Senado. Poderia reeditar um momento em que o governo viu sua popularidade subir quando levou às ruas a ideia de "Congresso inimigo do povo". É, porém, um jogo arriscado se acirrar uma guerra entre poderes.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Comissão do fim da 6x1 apresentará seu plano de trabalho

# Depois das derrotas, governo foca no fim da 6x1

## Banco Master voltará a ser tema de audiências no Congresso

Por Gabriela Gallo

Instalada na última semana, a comissão especial que debate a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1 começa oficialmente seus trabalhos nesta terça-feira (5), a partir das 14h. A informação foi confirmada pelo presidente da comissão, deputado federal Alencar Santana (PT-SP).

Na reunião, o relator da PEC, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), apresentará o plano de trabalho da comissão, que tem a missão de finalizar os trabalhos e entregar o parecer para análise do plenário da Câmara dos Deputados até o final do mês.

"Vamos debater com muita tranquilidade, muita profundidade, ouvindo todos os setores possíveis, porém, em um tempo muito rápido: queremos aprovar [o parecer] até o final de maio", destacou Alencar Santana.

A proposta que será debatida na comissão especial é uma junção de duas PECs que determinam a redução da jornada de trabalho de empregados de carteira assinada de 44 horas semanais para 36 horas semanais. Contudo, uma proposta determina a mudança imediata (PEC 8/2025) e a outra determina um prazo de adaptação de dez anos (PEC 221/2019). Após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara considerar

a medida constitucional, agora cabe à comissão especial ponderar possíveis alterações no texto.

Além disso, nesta quinta-feira (7) a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher também realizará um seminário para debater sobre a redução da jornada 6X1, mas com o recorte dos impactos para as trabalhadoras.

Ainda nesta terça-feira, o presidente do Banco Central (BC) Gabriel Galípolo participará de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Ao convocar Galípolo, o presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), reiterou que a presença do presidente do BC será importante para esclarecer diversos questionamentos sobre o a atuação do banco na fraude bilionária de mais de R\$ 12 bilhões do Master.

"O Banco Central mandou 23 avisos de irregularidade para o Master e não tomou, ao longo desses anos, nenhuma providência, salvo a intervenção em dezembro de 2025", defendeu Calheiros.

Além disso, há a possibilidade de o Congresso Nacional instaurar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os desvios do Banco Master, pedida pelas deputadas federais Heloísa Helena (Rede-RJ) e Fernanda Melchionna (Psol-RS), que recolheram as assinaturas mínimas necessárias.

Lula tenta recompor governabilidade, mas não tem uma base confiável

Por Beatriz Matos

Em menos de 24 horas, o governo Lula 3.0 recebeu dois recados duros do Congresso Nacional. Primeiro, viu o Senado rejeitar a indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), em uma derrota histórica que não acontecia desde 1894. No dia seguinte, sofreu novo revés: deputados e senadores derrubaram os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao PL da Dosimetria, texto que pode reduzir penas de condenados pelos atos de 8 de janeiro, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

As duas derrotas, juntas, deixaram no Planalto uma sensação que vai além do resultado numérico. O problema não foi apenas perder. Foi perder depois de vender internamente a ideia de que havia votos suficientes, especialmente no caso de Messias. Foi perder mesmo após liberação de emendas, mudanças em comissões e meses de conversas. Foi perder com a oposição em peso no plenário e governistas em número visivelmente menor.

### Recado duplo

A derrubada dos vetos ao PL da Dosimetria já era esperada pelo governo. Ainda assim, o placar mostrou o tamanho do isolamento. Na Câmara, o veto caiu por 318 votos a 144, com cinco abstenções. No Senado, foram 49 votos pela derrubada e 24 pela manutenção.

Antes da votação, o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), declarou prejudicados trechos do projeto que tratavam da progressão de regime e poderiam entrar em conflito com a Lei Antifacção. A decisão foi uma tentativa de evitar que a derrubada do veto flexibilizasse regras para crimes como feminicídio, crimes hediondos, milícia privada e organização criminosa.

Com isso, ficou fora da votação parte dos dispositivos mais sensíveis. O restante do texto seguiu para análise e teve o veto presidencial derrubado. Na prática, o PL da Dosimetria deve ser promulgado sem os trechos retirados por Alcolumbre.

O relator do projeto na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), comemorou o resultado e disse que o veto de Lula foi entendido como uma reação contra os presos do 8 de janeiro. Segundo ele, “o que foi votado é aquela questão do golpe de Estado, a abolição violenta do Estado Democrático de Direito, que eu juntei as duas penas”, disse. Paulinho afirmou ainda que, a partir da derrubada, advogados dos condenados devem acionar o STF para pedir a revisão das situações



Lula Marques/Agência Brasil.

Oposição comemora a derrota do governo: o que acontece agora na relação entre poderes?

# Derrotas expuseram alta fragilidade do governo de Lula

individuais.

Do outro lado, governistas tentaram barrar a votação e enquadraram o texto como uma espécie de anistia indireta. O deputado Pedro Uczai (PT-SC), líder do PT na Câmara, apontou uma confluência de interesses por trás da derrota. Para ele, a pauta juntou setores da extrema direita, interesses ligados a investigações e grupos que buscam fragilizar a democracia.

### Plenário

A sessão no Congresso deixou evidente o ambiente político. A oposição entrou organizada, discursou em tom de celebração e conectou a derrubada do veto à derrota de Messias no dia anterior.

Logo nas breves comunicações, o senador Sergio Moro (PL-PR) chamou o veto de “cruel” e disse que a rejeição de Messias foi “mais do que uma derrota do governo Lula”. Para ele, o Senado deu uma resposta em defesa de um Supremo “independente”.

A base governista tentou reagir com questões de ordem, argumentos regimentais e alertas sobre o alcance da proposta. A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) sustentou que não cabia o fatiamento feito pela Presidência do Congresso e afirmou que a única forma de preservar integralmente a Lei Antifacção seria manter o veto de Lula.

Mas a temperatura do plenário mostrava outra correlação de forças. Enquanto governistas tentavam se-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Como será relação com Alcolumbre daqui para a frente?

gurar o rito, opositoristas pressionavam pela votação. O resultado confirmou o que já era visível nos corredores: o governo estava em minoria.

### Conta errada

A derrota na dosimetria tem peso político, mas a rejeição de Messias foi a que mais abalou o Planalto. O governo trabalhava com uma projeção de 44 a 45 votos favoráveis. Recebeu 34. Para aprovar o indicado ao STF, eram necessários ao menos 41 votos entre os 81 senadores.

Nos bastidores, Lula teria recebido o resultado como traição. A avaliação é de que líderes governistas não conseguiram identificar o tamanho real da resistência. Havia expectativa de perdas no voto secreto, mas não de derrota. A diferença entre a conta vendida ao presidente e o placar final abriu uma crise dentro da própria articulação política.

### “O cavalo negocia a sela”

O jurista e cientista político Melillo do Nascimento resume o momento com uma frase dura. “O governo Lula 3.0 não caiu do cavalo, mas descobriu que o cavalo agora negocia a sela, caminho e o preço do capim. A conjuntura pede menos soberba, mais escuta e articulação profissional. O ano de 2026 exige leitura integrada da crise política, institucional, social e ética, sem reduzir tudo a ‘esquerda contra direita’. O governo sai menor desta semana, mas não necessariamente paralisado.”

Para ele, não se trata de um tropeço isolado. “Não é problema pontual. É sintoma de base frágil, Congresso autônomo e governo com dificuldade de transformar negociação em fidelidade.”

A leitura bate com o sentimento que cresceu dentro do próprio governo após os dois reveses. O Con-

gresso não apenas impôs derrotas. Mostrou que pode impor custo, controlar agenda e testar os limites do Planalto em temas centrais.

### Bastidores

No caso de Messias, parte da responsabilidade foi atribuída a Davi Alcolumbre. O presidente do Senado defendia outro nome para o STF, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e nunca escondeu o desconforto com a escolha de Lula pelo advogado-geral da União.

A relação, que já vinha estremecida desde o fim do ano passado, se deteriorou de vez após a rejeição. Interlocutores do governo passaram a defender uma resposta política, incluindo a revisão de espaços ocupados por aliados de Alcolumbre na Esplanada. Outros ministros, no entanto, avaliam que uma escalada aberta pode piorar a governabilidade em ano eleitoral.

A frase de um ministro resume o impasse: “Ele precisa do governo tanto quanto o governo precisa dele.”

Lula, segundo apurações de bastidor, não pretende abrir mão da prerrogativa de indicar um nome ao STF. Também não quer demonstrar que ficou refém do Senado. A tendência é que uma nova indicação seja feita após a poeira baixar. O problema é o que acontece depois. Se Alcolumbre não pautar a votação ou trabalhar novamente contra o indicado, uma ala do governo defende subir o tom e acusar o presidente do Senado de atuar contra o país.

Enquanto isso, a vaga deixada por Luís Roberto Barroso segue aberta. No STF, há centenas de processos aguardando o novo ministro, incluindo ações de controle de constitucionalidade, habeas corpus, reclamações e inquéritos. Questões urgentes têm sido despachadas por relatores temporários, mas a demora amplia o impacto institucional da disputa.

### Base frágil

Para o cientista político Vítor Sandes, as derrotas indicam dificuldade estrutural na formação da base. “Não se trata de um episódio isolado. As derrotas, tanto na indicação ao STF quanto na derrubada de vetos, indicam uma fragilidade na construção da base governista no Congresso.”

Segundo ele, o governo enfrenta um Legislativo mais à direita e um ambiente pré-eleitoral, o que reduz a disposição de cooperação. “Há, sim, perda de controle do Executivo sobre sua base, especialmente porque uma parte dela é composta por parlamentares vinculados ao ‘centrão’, que, além de heterogênea, em ano eleitoral, tende a se comportar de forma mais alinhada com os ventos da política e eles não eram favoráveis ao governo nas votações dos últimos dias.”

A análise ajuda a explicar por que emendas e cargos não foram suficientes. O governo ainda consegue negociar pautas, mas não controla fidelidade.

## CORREIO BASTIDORES

POR  
FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Carlos Jordy se reunirá com André Mendonça

## Deputado do PL afirma que cobrará do STF criação de CPMI

O deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) disse que se reunirá na quarta com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, para tratar de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Banco Master. Em março, ele impetrou mandado de segurança no STF para exigir a instalação da CPMI.

Jordy afirmou que a conversa deveria ter ocorrido na última quarta, mas foi adiada a pedido de Mendonça porque, no mesmo dia, o Senado analisaria a indicação de Jorge Messias para o STF.

Segundo ele, caberá ao ministro decidir sobre a CPMI. O parlamentar disse que insistirá na abertura da investigação pelo Congresso Nacional.

## Acordo

O pedido de criação da CPMI foi protocolado em fevereiro com um número de assinaturas acima do necessário.

Pelo regimento do Congresso, a comissão teria que ter sido instalada de forma automática na primeira sessão conjunta depois de seu pedido de criação.

Graças a um acordo feito com a maior parte da oposição, o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), ignorou a norma.

Andressa Anholete/Agência Senado



Davi Alcolumbre ignorou o regimento

## Oposição evitou cobrança

Em tese, a CPMI deveria ter sido instalada na sessão da última quinta, convocada por Alcolumbre para analisar o veto do presidente Lula ao projeto de lei que diminui pena para condenados por golpismo. Focada na atuação do ministro Alexandre de Moraes, do STF, a investigação foi requerida principalmente pelo PL.

Na sessão, porém, a instalação da CPMI foi mais cobrada por governistas do que por parlamentares da oposição. Alguns destes afirmaram que a “pauta humanitária” justificava a não abertura da apuração do caso Master.

## Fragilidade do STF

Em 2021, o então ministro Luís Roberto Barroso, do STF determinou ao Senado a abertura da CPI da Covid. O problema, agora, é que CPMI atingiria, pelo menos, dois integrantes da corte, Moraes — que teria atuado com Alcolumbre para a rejeição de Messias — e Dias Toffoli. Além disso, o Senado mostrou ter maioria para decretar o impeachment de ministros do STF.

## Dosimetria

A derrubada do veto de Lula ao projeto da dosimetria também deverá chegar ao STF. Para evitar favorecer outros criminosos além dos condenados por golpismo, Alcolumbre colocou em votação apenas a derrubada de um trecho do veto. Governistas alegam que a manobra contrariou o regimento.

## Inconstitucional

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirma que entrará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lindberg Farias (PT-RJ) também vai recorrer. Diz que o projeto da dosimetria é inconstitucional porque uma lei “abstrata e geral” não pode ter “desvio de finalidade” para beneficiar pessoas determinadas.

## Jurista

O advogado e professor de direito constitucional Lenio Streck também afirma que o projeto contraria a Constituição por ter “situações concretas” como objeto. Frisa também que em nenhum sistema jurídico é permitido aprovar leis para alterar sentenças judiciais transitadas em julgado.

## ‘Drible da vaca’

Professor da Unisinos, Streck diz que o “fatiamento” do veto presidencial, que atingiu todo o projeto, também foi inconstitucional. Para ele, isso representou um “drible da vaca hermenêutico” que deve ser anulado pelo STF. Ele, porém, que o Congresso fez um “jogo de soma zero” com a aprovação do projeto e derrubada do veto.

## Ganha-ganha

Para Streck, o Congresso sairá vitorioso se apressar a libertação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de aliados, mas também no caso de o STF anular a decisão tomada. Isto porque, assim, haveria a criação de um novo polo de tensão com a corte. “Ou seja, o parlamento ganha mesmo se perder no STF”, diz.

## Perde-perde

“O STF, acuado, vai bancar?”, pergunta. Para ele, se derubar o projeto, a corte dará ao Congresso o discurso de necessidade de eleição de senadores capazes de decretar impeachment de ministros. Se não bancar, garante a ajuda a Bolsonaro e dá aos parlamentares o discurso de vitória sobre o STF.



Manifestação em Brasília no Primeiro de Maio

## Pelo segundo ano seguido, Lula não vai ao 1º de maio

Em comunicado, presidente defendeu o fim da escala 6x1

Por Gabriela Gallo

Pelo segundo ano consecutivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não compareceu a manifestações sindicais no país pelo Dia do Trabalhador (1º de maio). Em vez disso, optou por realizar um pronunciamento público para rádio e TV na noite de quinta-feira (30), véspera do feriado. No pronunciamento, o presidente defendeu o fim a jornada de trabalho em escala 6X1 e fez uma crítica direta àqueles que são contra a redução.

“A elite brasileira sempre foi contra melhorias para o trabalhador: o salário mínimo, as férias remuneradas, o 13º salário. A turma do andar de cima disse que cada uma dessas conquistas ia quebrar o Brasil. E o Brasil nunca quebrou por dar direito aos trabalhadores. Sempre ficou mais forte. Porque toda vez que a vida do trabalhador melhora, a roda da economia gira com mais força e todo mundo acaba ganhando. É isso que vai acontecer com o fim da escala 6X1 no Brasil”, defendeu Lula em pronunciamento para rádio e TV.

Além de ser a principal bandeira do governo atualmente, o fim da jornada de trabalho da escala 6X1 (quando o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um) sem redução salarial foi o principal tema de grande parte das manifestações no país no dia 1º.

Para além da pauta governista, também ocorreu uma manifestação da oposição na Avenida Paulista, em São Paulo. O ato foi organizado pelo grupo “Patriotas do QG” a manifestação teve como lema “Flávio presidente, Bolsonaro livre e Supremo é o povo”. Contudo, como não havia nenhuma liderança do primeiro escalão conservador ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro no trio elétrico, o ato estava esvaziado.

Como o ato da oposição ocorreu na Avenida Paulista, um dos principais locais para manifestações de larga escala, as manifestações sindicais, tradicionalmente as principais entidades que protagonizam atos no dia do trabalho, se espalharam pelo estado e realizaram atos descentralizados.

## Desenrola

Nesta segunda-feira (4) será lançado oficialmente o Novo Desenrola Brasil. A informação também foi divulgada pelo presidente Lula durante a transmissão na quinta-feira.

Será possível renegociar dívidas de cartão de crédito, cheque especial, crédito especial, rotativo e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), um empréstimo que o governo federal concede para alunos realizarem um curso superior em instituições particulares e pagarem 100% do valor após a formatura. Os juros serão reduzidos para até 1,99%, com descontos de até 90%.

## CORREIO ECONÔMICO

POR  
ANDRÉ SOUZA

Anac - Divulgação



Querosene representa de 30% a 40% dos custos das aéreas

## Petrobras: querosene sobe 18% em maio, após 55% em abril

A Petrobras elevou em 18% o preço do querosene de aviação (QAV) desde a última sexta-feira (1º), em reajuste aplicado às distribuidoras. O aumento correspondeu a cerca de R\$ 1 por litro em relação ao valor anterior e fez parte da política mensal de revisão de preços da estatal. O combustível, que representa, em média, cerca de 30% a 40% dos custos operacionais das companhias aéreas, vinha acumulando altas ao longo de 2026, pressionado pelo cenário internacional do petróleo. Em abril o querosene de aviação já tinha subido 55% nas refinarias. Com o novo reajuste, a tendência foi de impacto nos custos do setor e possível repasse aos preços das passagens aéreas.

## Liquidação extrajudicial de corretora

Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da Frente Corretora de Câmbio, em São Paulo, por deterioração econômico-financeira e graves violações regulatórias. Instituição de baixa relevância no Sistema Financeiro Nacional (SFN), a corretora terá bens de controladores e ex-administradores indisponibilizados. O BC apura responsabilidades e pode aplicar sanções administrativas e comunicar autoridades competentes observada legislação.

Ilustração / Imagem gerada por IA



Medida busca renovar a frota de ônibus e caminhões

## R\$ 21,2 bilhões para ônibus e caminhões

O governo federal anunciou nova etapa do programa Move Brasil, com R\$ 21,2 bilhões em crédito para financiar a compra de caminhões, ônibus e implementos rodoviários. A iniciativa amplia o alcance do programa e melhora condições, como juros menores, prazo de até 10 anos e carência maior. Também foi autorizado aporte de R\$ 2 bilhões no Fundo Garantidor para Investimentos, ampliando o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas. A medida busca renovar a frota, estimular a indústria nacional e reduzir custos logísticos no país.

## Bets e o endividamento das famílias

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), as apostas online (bets) têm agravado o endividamento das famílias brasileiras. A entidade aponta que o desvio de renda para esse tipo de gasto reduz o pagamento de dívidas e aumenta a inadimplência no país segundo análise da entidade, reforçando preocupação com consumo financeiro das famílias.

## Falsos leilões

A Receita Federal alertou para sites falsos que simulam leilões de mercadorias apreendidas usando indevidamente a marca do órgão para aplicar golpes. O acesso oficial aos leilões ocorre apenas pelo sistema e-CAC, e pagamentos são feitos exclusivamente via DARF. Pix, transferências ou outros meios não são aceitos.

## Indústria no RJ

A Firjan informou que a indústria fluminense gerou 5.795 vagas formais em março de 2026, melhor resultado desde setembro de 2022. A entidade, que representa o setor industrial no estado, apontou a construção civil como destaque, com 4.093 contratações. No total, o Rio abriu 23,9 mil postos no mês.

## Preço do Leite

De acordo com a pesquisa do Cepea, da Esalq/USP, o preço do leite ao produtor subiu 10,5% em março, terceiro avanço seguido, atingindo R\$ 2,39 litro na Média Brasil, com oferta restrita. A alta reflete a menor oferta e maior disputa entre laticínios. Ainda assim, o valor está 18,7% abaixo de março de 2025, em termos reais.

## Dinheiro na Conta I

A Embraer ((Empresa Brasileira de Aeronáutica) aprovou a distribuição de R\$ 7,6 milhões em dividendos, equivalente a R\$ 0,01 por ação. Terão direito acionistas com posição em 11 de maio de 2026, com papéis "ex" dividendos a partir do dia 12. O pagamento na conta dos acionistas será realizado em parcela única em 20 de maio.

## Dinheiro na Conta II

A Gerdau, uma das maiores produtoras de aço do mundo, anunciou o pagamento de dividendos de R\$ 0,18 por ação, somando R\$ 354,1 milhões. Terão direito acionistas com posição em 13 de maio de 2026, com papéis "ex" no dia 14. O pagamento está previsto para 9 de junho, após lucro de R\$ 1,01 bilhão no 1º trimestre.

## Dinheiro na conta III

A Taesa, uma das maiores transmissoras de energia do Brasil, aprovou o pagamento de dividendos de cerca de R\$ 0,90 por ação. Terão direito acionistas com posição em 29 de abril de 2026, com papéis "ex" no dia 30. O pagamento está previsto para 27 de maio, em parcela única aos investidores.



Resultado representa aumento real de 5,5% em relação a 2025

# Salário médio chega a R\$ 3.722 e bate recorde

## Dados mostram alta da renda e da contribuição à previdência

Da Redação

O rendimento médio mensal do trabalhador brasileiro chegou a R\$ 3.722 no primeiro trimestre de 2026, maior valor da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012. O resultado representa aumento real de 5,5% em relação ao mesmo período de 2025, já descontada a inflação. Na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro, quando a média era de R\$ 3.702, houve nova alta. Frente ao último trimestre de 2025, com rendimento de R\$ 3.662, o avanço foi de 1,6%.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mostram crescimento da renda acompanhado por redução do desemprego e da informalidade no país no início de 2026.

Entre os grupos de atividade pesquisados, a maior parte manteve estabilidade nos rendimentos. Dos dez setores analisados, oito não registraram variações estatisticamente relevantes. No comércio, a renda média subiu 3%, acréscimo de R\$ 86 no trimestre. Na administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, o aumento foi de 2,5%, equivalente a R\$ 127.

A massa de rendimento habitual, indicador que reúne a soma dos pagamentos recebidos

pelos trabalhadores, alcançou R\$ 374,8 bilhões no trimestre encerrado em março. Em relação ao mesmo período de 2025, houve crescimento de 7,1%, o que representa R\$ 24,8 bilhões a mais em circulação na economia.

## Previdência

Outro dado apontado pela pesquisa foi o avanço da contribuição previdenciária. A parcela de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social chegou a 66,9% dos ocupados, maior nível da série iniciada em 2012.

Ao mesmo tempo, a taxa de informalidade recuou para 37,3% da população ocupada, o equivalente a 38,1 milhões de pessoas. O índice considera empregados sem carteira assinada no setor privado, trabalhadores domésticos sem registro, empregadores sem CNPJ, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego ficou em 6,1% no primeiro trimestre de 2026. Foi o menor índice para trimestres encerrados em março desde o início da série histórica. O número de desocupados foi estimado em 6,8 milhões de pessoas, enquanto o total de ocupados alcançou 102,5 milhões. Os dados indicam manutenção do aumento da renda média e da formalização do trabalho no período.

Com informações da Agência Brasil

# União, estados e municípios dão início à reforma tributária

Texto explica primeiros passos do novo sistema de impostos, define adaptações e cronograma

O governo federal, os estados e os municípios publicaram na quinta-feira (30) regras que explicam como a reforma tributária começará a funcionar na prática. O texto detalha os primeiros passos do novo sistema de impostos sobre consumo e orienta empresas e órgãos públicos sobre o que precisa ser feito nos próximos anos. A publicação marca uma nova etapa da reforma aprovada em 2023, quando o Congresso mudou a Constituição para reorganizar a cobrança de tributos no país.

Na prática, o regulamento publicado agora não significa aumento imediato de impostos nem substituição total dos tributos atuais de uma vez. O principal efeito é abrir a fase operacional da reforma tributária. A partir de agora, empresas, estados, municípios e governo federal começam a ajustar sistemas e processos para colocar em funcionamento o novo modelo tributário.

A reforma tributária foi criada para simplificar a cobrança de impostos sobre produtos e serviços.

Hoje, o Brasil reúne tributos federais, estaduais e municipais com regras diferentes, formas variadas de cálculo e exigências próprias de cada governo. Isso aumenta custos para empresas, gera disputas na Justiça e dificulta a fiscalização.

O regulamento divulgado agora transforma a reforma em medidas práticas. Ele trata principalmente da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), imposto federal criado para substituir tributos atuais, e também prepara a integração com o futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será administrado por estados e municípios.

As empresas terão de adaptar sistemas de emissão de nota fiscal, programas de contabilidade, cadastros de produtos, formas de calcular tributos e envio de dados ao poder público. Softwares usados no dia a dia precisarão ser atualizados para incluir os novos impostos e suas regras. Grandes companhias e pequenos negócios deverão rever



Para 2026 está prevista fase de testes com alíquotas simbólicas e adaptação de sistemas.

processos internos ao longo dos próximos anos.

## Sistema tributário

Outra mudança envolve o sistema de créditos tributários. Hoje, muitas empresas pagam imposto em uma etapa da produção e depois encontram dificuldades para recuperar esse valor. No novo modelo, a lógica será mais simples. Se uma indústria comprar matéria-prima e pagar tributo nessa operação, poderá usar parte desse valor como desconto quando vender o produto final. A ideia é evitar que o imposto seja cobrado várias vezes ao longo da cadeia. O regulamento também abre caminho para menos exigências separadas entre União, estados e municípios. Atualmente, cada esfera de governo possui declarações, controles e fiscalizações próprias. Com a reforma, a proposta é integrar informações e padronizar procedimentos. Para empresas, isso pode representar menos documentos repetidos e menos tempo gasto

com obrigações acessórias.

## Implantação

As mudanças serão implantadas de forma gradual. Em 2026 haverá uma fase de testes, voltada para adaptação de sistemas públicos e privados. Nesse período, empresas e governos deverão ajustar notas fiscais, plataformas digitais e mecanismos de arrecadação. Em 2027 começa a cobrança da CBS e do Imposto Seletivo. Também nessa etapa, PIS e Cofins deixam de existir. Entre 2029 e 2032, ICMS e ISS serão reduzidos aos poucos, enquanto o IBS vai aparecer para ocupar o lugar desses tributos. Em 2033, o novo sistema passará a valer por completo. O objetivo do prazo estendido é permitir adaptação sem mudanças bruscas na arrecadação e no funcionamento das empresas.

## Fim de Impostos

Com a reforma, serão substituídos PIS, Cofins, ICMS, ISS e parte do IPI. No lugar deles entram

a CBS, de responsabilidade federal, o IBS, administrado por estados e municípios, e o Imposto Seletivo, voltado para determinados produtos. O IPI continuará apenas em situações específicas previstas em lei. Para o consumidor, a publicação do regulamento não muda preços automaticamente. O impacto dependerá das alíquotas finais, da adaptação das empresas e das características de cada setor. A principal promessa é maior transparência, com notas fiscais mostrando de forma mais clara quanto imposto incide sobre cada compra.

## Distribuição do dinheiro

Também haverá mudança na divisão do dinheiro arrecadado. Hoje, parte dos tributos fica onde o produto é fabricado ou o serviço é prestado. No novo modelo, a arrecadação seguirá mais o local onde acontece o consumo final. Isso pode alterar receitas de estados e municípios ao longo da transição.

# Arrecadação federal soma R\$ 229,2 bilhões em março e bate recorde histórico

A arrecadação federal alcançou R\$ 229,249 bilhões em março de 2026, o maior valor já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. O resultado representa crescimento real de 4,99% na comparação com março do ano passado, já descontada a inflação. Os dados foram divulgados pela Receita Federal na terça-feira (28).

No acumulado do primeiro trimestre, as receitas administradas pelo governo federal somaram R\$ 777,117 bilhões, também recorde para o período, com avanço real de 4,58% frente aos três primeiros meses de 2025.

Segundo o Fisco, o desempenho de março foi impulsionado pelo nível ainda resiliente da atividade econômica, pelo aumento da arrecadação do Imposto sobre Opera-

ções Financeiras (IOF) e pelo bom desempenho das importações.

Entre os principais destaques do mês, cresceram as receitas vinculadas ao setor financeiro e ao comércio exterior, refletindo maior movimentação econômica e elevação de operações tributáveis. Também contribuíram recolhimentos ligados ao mercado de trabalho e ao consumo.

O resultado reforça a tendência observada desde o início do ano. Em janeiro, a arrecadação havia atingido R\$ 325,7 bilhões, enquanto em fevereiro somou R\$ 222,1 bilhões — ambos recordes para seus respectivos meses.

A arrecadação é acompanhada de perto pelo mercado financeiro por servir como termômetro da atividade econômica e por influenciar o cumprimento das metas fis-



Receitas do governo federal somaram R\$ 777,1 bi no 1º trimestre

ciais do governo federal em 2026.

## Orçamento de 2026

A arrecadação acumulada até março representa aproximadamente 11,9% do orçamento fe-

deral previsto para o ano. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 fixa a receita e as despesas do governo federal neste ano em R\$ 6,54 trilhões, incluindo todos os gastos previstos para os

poderes, ministérios, fundos e programas sociais, além do refinanciamento da dívida pública.

Deste total, cerca de R\$ 1,8 trilhão será destinado ao pagamento e refinanciamento da dívida, deixando aproximadamente R\$ 4,7 trilhões para despesas fiscais, de seguridade social e investimentos no país, como saúde, educação e assistência social.

O orçamento também prevê um superávit primário de cerca de R\$ 34,2 bilhões, ou seja, que as receitas sejam maiores que as despesas obrigatórias, indicando equilíbrio nas contas públicas conforme as metas fiscais definidas na legislação. A LOA 2026 inclui ainda aproximadamente R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares, destinadas a projetos e ações específicos indicados por deputados e senadores.

## CORREIO JURÍDICO

Ilustração / Receita Federal



Contribuintes com dívidas milionárias no radar da RF

## Receita notifica 3,6 mil devedores contumazes no país

A Receita Federal começou a notificar empresas e contribuintes que podem ser classificados como “devedores contumazes”, ou seja, quem acumula dívidas altas de impostos de forma repetida e sem justificativa. Cerca de 3,6 mil contribuintes estão no radar para possível enquadramento. Pela nova regra, entram nessa situação casos com débitos acima de R\$ 15 milhões e superiores ao patrimônio conhecido. Após a notificação, haverá 30 dias para pagar, regularizar ou se defender. Se nada for feito, poderá haver entrada no Cadin, cadastro federal de inadimplentes, além de perda de benefícios fiscais, restrição de crédito e até inaptidão do CNPJ.

## MP isento de custas processuais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Ministério Público não deve pagar custas processuais, despesas judiciais nem honorários de sucumbência quando perder ações. Para a Corte, o MP atua na defesa do interesse público e da coletividade. Ficou definido, porém, que o órgão deverá arcar com perícias que solicitar no curso do processo, mantendo equilíbrio entre as partes e segurança jurídica no sistema.

Ilustração / Imagem gerada por IA



Caso de feminicídio ocorreu em ambiente doméstico

## Caso de feminicídio vai à júri comum

O ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do STJ, decidiu que o tribunal do júri da Justiça comum de São Paulo deve processar e julgar a ação que apura a morte de uma policial militar atribuída ao marido, o tenente-coronel da Polícia Militar, Geraldo Leite Rosa Neto. Denunciado por suposta prática de feminicídio qualificado e fraude processual, ele teria simulado uma cena de suicídio após o crime segundo investigação. A Justiça Militar queria julgar o caso, mas a Vara do Júri e o MPF defenderam a Justiça comum por se tratar de crime doméstico.

## Sem relação com atividade militar

A decisão resolve este conflito. O ministro interpretou que o caso deve ser julgado pela Justiça comum. O entendimento se dá porque o crime ocorreu no ambiente familiar e não tem relação com a atividade militar, pensamento que vai de acordo com a posicionamento do tribunal, que diz que crimes militares só devem ir à Justiça Militar quando se relacionarem com a corporação.

DA REDAÇÃO

## Falso advogado I

Operação do Ministério da Justiça, com apoio das forças policiais, desarticulou grupo criminoso que se passava por advogados para aplicar golpes em vítimas em vários estados. Os suspeitos usavam contatos falsos e mensagens para simular processos judiciais e solicitar transferências indevidas de dinheiro.

## Falso advogado II

Como resultado da operação, foram cumpridos mandados de busca e apreensão e houve prisões de investigados envolvidos no esquema. Também foram bloqueadas contas e valores, além da apreensão de dispositivos eletrônicos usados nos golpes. As investigações continuam para identificar outros integrantes do grupo.

## Eleições 2026 I

A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, reuniu em Brasília os chefes dos 27 TREs para alinhar prioridades das Eleições 2026. Entre as metas estão ampliar a segurança do pleito, fortalecer a transparência e intensificar ações contra a desinformação. O encontro marcou o início do planejamento nacional eleitoral.

## Eleições 2026 II

Durante a reunião estratégica, os 27 tribunais regionais também discutiram logística, modernização de sistemas e padronização de procedimentos para o calendário de 2026. A proposta é integrar esforços nos estados, acelerar preparativos e garantir atendimento eficiente ao eleitorado nos 26 estados e no DF no próximo pleito.

## Indenização I

A 7ª Turma do TST condenou a Eletrobras a indenizar empregados que ocupavam cargos de gerência em 2017, que foram chamados de inúteis, vagabundos e safados pelo presidente da empresa da época. O ato aconteceu em uma reunião e foi divulgado nas mídias. As declarações ofenderam os empregados.

## Indenização II

A empresa deverá pagar uma indenização de R\$3,7 mil para os gerentes e outra indenização por dano moral coletivo de R\$125 mil, que será revertida a uma entidade definida pelo Ministério Público. O ministro Cláudio Brandão entendeu que o caso como assédio moral que foi amplificado pela sua divulgação.



AGU prorrogou programa de renegociação de dívidas

## Novo prazo para pagar dívidas com autarquias

Programa permite renegociação de débitos de até R\$ 97,2 mil

Andre Souza

A Advocacia-Geral da União (AGU) prorrogou até 31 de agosto de 2026 o prazo para adesão ao programa de regularização de dívidas com autarquias e fundações públicas federais. A medida alcança débitos inscritos em dívida ativa considerados de pequeno valor e estende o calendário que terminaria em 30 de abril.

O programa é voltado a pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte com pendências de até 60 salários mínimos (R\$ 97.260, considerando o salário mínimo de R\$ 1.621 em 2026). A negociação permite descontos sobre o valor total da dívida, incluindo principal, juros, multas e encargos legais, além de opções de parcelamento.

De acordo com as regras divulgadas pela AGU, o pagamento à vista garante desconto de 50%. Para quem optar pelo parcelamento, a redução é de 40% para quitação em até 20 prestações; 30% para pagamento em até 40 parcelas; e 20% para divisação em até 60 meses.

Desde o início da iniciativa, lançada em novembro de 2025, foram formalizadas 371 transações, envolvendo 2.188 créditos. O valor total negociado até o momento soma cerca de R\$ 4,2 milhões, conforme balanço apresentado pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da AGU responsável pela cobrança

judicial e extrajudicial de autarquias e fundações federais.

A adesão ao programa pode ser feita de forma digital, por meio da plataforma Resolve Dívidas AGU. No sistema, o contribuinte pode consultar pendências, verificar condições disponíveis, aderir à proposta e emitir documentos para pagamento, sem necessidade de atendimento presencial.

## Órgãos participantes

Entre os órgãos federais com maior número de acordos registrados estão a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A prorrogação amplia o prazo para contribuintes que ainda não aderiram à renegociação. A expectativa é aumentar o número de acordos firmados e ampliar a recuperação de créditos devidos à administração pública indireta federal até o encerramento do novo período de adesão.

## CORREIO PAULISTANO

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Debate atende a um artigo da Lei Orgânica do Município

## Câmara recebe secretário de Educação para prestar contas

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo discutiu em Audiência Pública o relatório de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026. O debate atende ao artigo 209 da Lei Orgânica do Município – legislação que direciona a organização e o desenvolvimento da cidade. O chefe da pasta, Fernando Padula, apresentou números englobando o período e respondeu questionamentos de parlamentares e da sociedade civil. De acordo com Padula, as receitas da Secretaria arrecadadas com impostos municipais chegam a R\$ 89,4 bilhões. Deste total, até o momento, foram investidos R\$ 17,7 bilhões – 19,48% do montante inicial.

## Investimento em Educação infantil

Já o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) transferiu recursos gerados no valor de R\$ 8,7 bilhões. Segundo Padula, foram empenhados R\$ 2,3 bilhões com pessoal e R\$ 9,2 bilhões em outras despesas correntes: 79,38% são provenientes do Tesouro Municipal, 15,69% do Fundeb e 4,37% de outras transferências federais. Sobre as despesas, o principal núcleo de investimento foi a educação infantil (R\$ 7,3 bi).

Divulgação/Prefeitura de SP



Parque Ibirapuera, na Zona Sul da capital paulista

## São Paulo e Boston na Virada Cultural

A Virada Cultural 2026 será palco de um intercâmbio internacional entre as Prefeituras de São Paulo e Boston. Entre os dias 22 e 26 de maio, representantes da cidade dos Estados Unidos estarão na capital paulista para uma agenda de visitas, encontros e debates sobre cultura e economia criativa, dentro do Programa de Intercâmbio de Lideranças do World Cities Culture Forum. Única cidade da América do Sul selecionada para o programa, São Paulo integra ao lado de Boston, o eixo dedicado ao fortalecimento da força de trabalho na economia criativa.

## Ecossistemas criativos e de inovação

A iniciativa conecta as duas cidades a partir de seus ecossistemas criativos e de inovação, com foco na troca de políticas públicas, modelos de financiamento, parcerias e estratégias de desenvolvimento. A programação inclui a participação na Virada Cultural e uma série de agendas técnicas em equipamentos culturais da cidade. A delegação de Boston passará por locais famosos de SP.

## Jô Clemente I

A Câmara Municipal de SP entregou a Salva de Prata ao IJC (Instituto Jô Clemente). A honraria celebra as mais de seis décadas de serviços prestados pela organização à capital paulista. A homenagem foi proposta por George Hato (MDB). Para o parlamentar, a Salva de Prata reconhece o trabalho do instituto.

## Jô Clemente II

A Salva de Prata foi entregue ao presidente voluntário da organização, Michel Fábio Brull. Ele agradeceu a homenagem e reforçou o compromisso da instituição com a comunidade. O ex-presidente voluntário e filho da Dona Jô Clemente, Cassio dos Santos Clemente, falou em nome da mãe, que completa 100 anos.

## Mulheres vítimas I

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo aprovou o parecer favorável a 12 projetos da pauta. Matérias sobre apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e, também, o acesso à internet nas unidades de atendimento de saúde estão entre os itens discutidos pelo colegiado.

## Mulheres vítimas II

Do vereador Isac Félix (PL), o Projeto de Lei 781/2025 autoriza a Prefeitura de São Paulo a conceder moradia gratuita e emergencial às vítimas de violência doméstica. A presidente da comissão, vereadora Edir Sales (PSD), repercutiu o conteúdo da matéria. “A proposta é fundamental, porque muitas dessas mulheres não têm para onde ir”.

## Política Urbana I

Nesta quarta-feira (29), a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara realizou Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo para discutir 26 projetos. Entre os itens debatidos, temas como direitos dos animais, incentivos fiscais, meio ambiente e segurança pública.

## Política Urbana II

Uma das propostas do debate, do vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), prevê desconto no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para imóveis com sistema de captação de água da chuva para reutilização. O representante da Secretaria de Finanças, Marcelo Tannuri, participou da Audiência Pública.



CPI vai investigar inadimplentes do IPTU, ISS e outros tributos

## Devedores de impostos na mira da Câmara de SP

## CPI aprofunda apuração sobre inadimplência e fraudes

Da Redação

Os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo estão mirando agora em possíveis inadimplentes e fraudes relacionadas a contratos e obrigações com o poder público. A investigação busca entender como dívidas foram acumuladas ao longo dos anos e se houve falhas na fiscalização ou brechas administrativas que permitiram a manutenção desses débitos sem a devida cobrança.

Durante a reunião mais recente, os integrantes da nova CPI da inadimplência concentraram esforços na análise de documentos e dados que apontam para padrões. Os parlamentares também discutiram a eficácia dos mecanismos de controle adotados pela administração municipal e avaliaram se houve omissão ou dificuldades operacionais na recuperação de valores devidos.

## Participantes da CPI

Participam da comissão vereadores de diferentes partidos, entre eles representantes do MDB, PT, PSDB, União Brasil e PSOL, seguindo a proporcionalidade das bancadas na Casa. O colegiado tem requisitado relatórios técnicos, contratos e informações detalhadas de órgãos municipais, além de ouvir especialistas e gestores envolvidos nos processos de cobrança e fiscalização.

Entre os pontos levantados, estão casos de débitos prolonga-

dos sem ações efetivas de recuperação, além da possível existência de inconsistências cadastrais e fragilidades nos sistemas de controle. Os vereadores também analisam se houve favorecimento indevido ou falhas estruturais que possam ter contribuído para o cenário identificado.

## Dados e transparência

A CPI discute ainda a necessidade de aprimorar os instrumentos de transparência e integração de dados, com o objetivo de evitar novos episódios de inadimplência. Técnicos ouvidos pelo colegiado destacaram a importância de modernizar sistemas e fortalecer a atuação dos setores responsáveis pela gestão de contratos e arrecadação.

A investigação dos vereadores deve avançar com novas convocações e aprofundamento na análise dos documentos reunidos. Ao final dos trabalhos, a expectativa é que sejam apresentadas recomendações para melhorar os processos administrativos, além de possíveis encaminhamentos para responsabilização nos casos em que forem identificadas irregularidades.

Os próximos encontros do colegiado devem ampliar o escopo da apuração e consolidar um diagnóstico mais detalhado sobre o impacto financeiro das dívidas investigadas, bem como suas consequências para os cofres públicos da cidade de São Paulo.

# Famílias deixam casas para obras sem receber indenização

Moradores relatam saída forçada e falta de prazo para pagamento após desapropriações no local

Moradores da zona leste da cidade de São Paulo afetados pelas obras do corredor de ônibus BRT Aricanduva enfrentam incertezas após terem seus imóveis desapropriados sem previsão de recebimento das indenizações. Parte das famílias já deixou as residências, enquanto outras permanecem nos locais, relatando pressão para que desocupassem os locais mesmo sem acesso aos valores devidos.

## Previsão do projeto

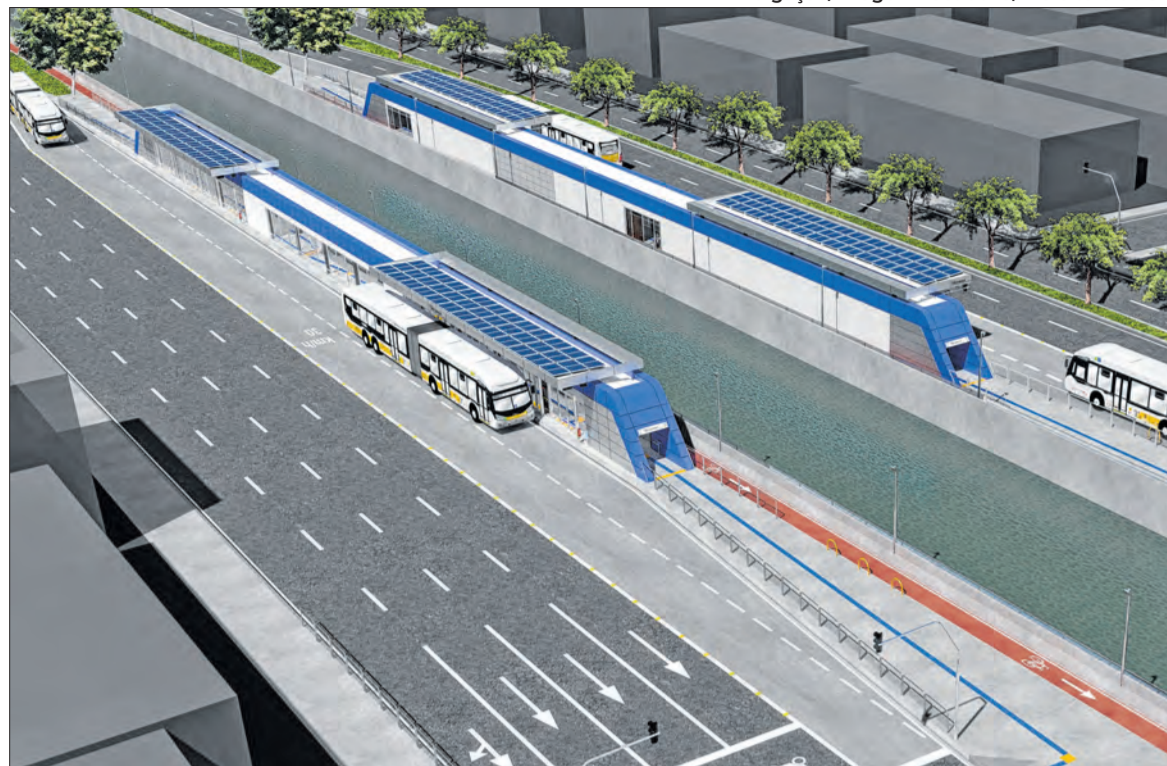
O projeto prevê a implantação de um corredor de transporte coletivo ao longo da Avenida Aricanduva e vias próximas, com o objetivo de ampliar a capacidade de deslocamento na região. Para viabilizar a obra, imóveis foram incluídos em processos de desapropriação por utilidade pública, o que autoriza o poder público a tomar posse das áreas mediante pagamento de uma compensação fi-

nanceira previamente acordada.

Na prática, moradores afirmam que o dinheiro ainda não chegou às suas mãos. Alguns tiveram que sair às pressas e buscar alternativas temporárias de moradia, como casas de parentes ou imóveis alugados, o que gerou custos adicionais e endividamento. Há relatos de famílias que gastaram valores elevados com mudança, caução e aluguel, sem saber quando terão acesso à indenização.

Casos semelhantes se repetem entre vizinhos. Proprietários relatam dificuldades para reorganizar a vida após décadas vivendo nos mesmos endereços. Em alguns casos, idosos tiveram que deixar residências onde moravam há muitos anos e passaram a depender de familiares enquanto aguardam a liberação dos recursos da indenização.

Segundo informações da administração municipal, os valores referentes às indenizações já



O projeto prevê implantação de corredor de transporte coletivo ao longo da Av. Aricanduva

foram depositados em juízo, somando cerca de R\$ 24 milhões. Esse procedimento é utilizado para garantir a posse antecipada dos imóveis pelo poder público. No entanto, o saque por parte dos proprietários depende do cumprimento de exigências legais e de autorização judicial, o que pode atrasar o acesso ao dinheiro.

## Legislação brasileira

Pela legislação brasileira, a desapropriação deve assegurar compensação considerada justa e, em regra, anterior à retirada do morador. O depósito judicial costuma corresponder a uma parcela do valor estimado do imóvel, definido com base em perícia técnica. Mesmo assim, o processo pode se prolongar até, teoricamente, a conclusão das etapas judiciais.

Moradores que ainda não deixaram os imóveis afirmam receber notificações frequen-

tes e relatam preocupação com a possibilidade de despejo sem garantia financeira imediata. A situação tem gerado insegurança, especialmente entre famílias com menor capacidade de arcar com despesas emergenciais.

O corredor BRT Aricanduva integra o planejamento de mobilidade urbana da cidade e tem previsão de atender milhares de passageiros diariamente, com integração a linhas de metrô e trens. O projeto também envolve alterações no traçado viário e intervenções em diferentes bairros da zona leste, incluindo áreas como Carrão, Vila Matilde e São Mateus.

## Desapropriações

As desapropriações podem ocorrer de forma amigável ou por via judicial, dependendo do acordo entre as partes. No caso das ações judiciais, o processo tende a ser mais demorado, o que impacta diretamente o pra-

zo para recebimento da indenização pelos proprietários.

## Sem definição

Enquanto as obras se aproximam do início, previsto para os próximos meses, moradores seguem sem definição clara sobre quando poderão finalmente acessar os valores depositados. A falta de um prazo concreto mantém famílias em situação de instabilidade, com dificuldades para planejar a aquisição de novos imóveis ou reorganizar a rotina após a mudança.

## Desafio das obras

O impasse é um reflexo do desafio de conciliar grandes intervenções urbanas com a garantia de direitos dos moradores afetados, especialmente em projetos que exigem remoções e reassentamento em áreas já consolidadas, como neste caso das obras do BRT Aricanduva, na Zona Leste da cidade de SP.

# CCJ da Câmara aprova projeto que reforça integração nas escolas municipais de SP

Maria Clara Garcia / REDE CÂMARA SP

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) da Câmara Municipal de São Paulo analisou, nesta quarta-feira (29), a legalidade de 30 propostas incluídas na pauta. Duas não foram votadas ficaram para as próximas reuniões do grupo. Entre os projetos avaliados, um de autoria do Executivo recebeu parecer favorável e segue agora para discussão em plenário.

Além dessa proposta, os vereadores também analisaram matérias relacionadas à criação de datas comemorativas no calendário oficial, denominação de espaços públicos e concessão de títulos e honrarias. Outros projetos com temas diversos, incluindo saúde e educação, também avançaram na comissão.

Um dos principais itens aprovados foi o Projeto de Lei 298/2026, que institui o Programa Mais Inte-

gração na rede municipal de ensino. A proposta prevê ações voltadas à valorização profissional e ao fortalecimento de parcerias entre diferentes modelos de gestão nas unidades escolares. O programa já é aplicado desde 2022 por meio de decreto e, com a transformação em lei, passaria a ter atualização anual prevista em uma norma específica.

De acordo com a justificativa do projeto, a medida quer consolidar o programa como política pública permanente, garantindo maior estabilidade institucional, segurança jurídica e continuidade às diretrizes adotadas. A iniciativa pretende reduzir desigualdades entre unidades escolares e melhorar a qualidade do ensino oferecido na capital.

A presidência da Comissão de Constituição e Justiça informou que deverá ser realizada uma au-



Reunião da Comissão: participação de diferentes partidos

diência pública para aprofundar o debate sobre o tema. Já o relator da proposta destacou que a formalização do programa por meio de lei amplia a previsibilidade e assegura, também, a continuidade das ações

que já foram implementadas.

Na área de saúde, outros projetos também avançaram. Entre eles, o PL 134/2026 prevê a distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento da obesidade grave na

rede pública municipal. A proposta inclui mecanismos para garantir o uso adequado dos remédios e evitar a comercialização irregular.

Outro destaque foi o Projeto de Lei 458/2024, que propõe a criação do Programa Bolsa Rápida para agilizar o atendimento de pacientes os-tomizados tanto na rede municipal quanto em unidades conveniadas ao Sistema Único de Saúde. Também recebeu parecer favorável o Projeto de Lei 573/2024, que institui o selo "Cartão Vermelho Contra o Assédio e Violências", com foco na promoção de ambientes esportivos mais seguros e inclusivos.

A reunião na Câmara Municipal foi conduzida pela presidência da comissão e contou com a participação de parlamentares de diferentes partidos, que deliberaram sobre os itens previstos na pauta do dia.

## CORREIO GRANDE SP

Warley Kenji/Prefeitura de Guararema



A data foi prorrogada para aumentar a participação

### Colaboração popular do Plano Diretor de Guararema

Os moradores de Guararema têm até dia 31 de maio para colaborar e participar do processo popular da revisão do Plano Diretor Municipal. O prazo inicialmente deveria encerrar em abril mas foi prorrogado para ampliar a oportunidade de contribuição dos munícipes. Para contribuir, os interessados devem acessar o site oficial, onde estará disponível um formulário via Google Forms, que facilita o envio de sugestões pelo celular. Para contribuir por e-mail, é necessário fazer o download do formulário em PDF que está disponível na página, preenchê-lo e enviá-lo para o endereço oficial. O e-mail deve ter a frase "Contribuição popular – Revisão do Plano Diretor de Guararema (2026)" como assunto da mensagem.

### Eixos da revisão abordados

As sugestões da população devem abordar os eixos: Meio Ambiente e Infraestrutura; Políticas Sociais, Educação, Saúde e Longevidade; Mobilidade, Segurança e Uso dos Espaços Públicos; e Economia Local, Emprego e Turismo. O site da Prefeitura de Guararema disponibiliza uma cartilha sobre o Plano Diretor. O material funciona como um guia prático para ajudar os moradores a entenderem como funcionam as políticas urbanas.

Divulgação/Prefeitura de Guarulhos



Reunião reforçou as políticas públicas da cidade

### Crescimento regional em Guarulhos

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SDET) de Guarulhos realizou uma reunião com a Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê e Região (Condemat), com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de crescimento regional. No encontro, um especialista em fusões e aquisições e consultor, Roberto Valverde, realizou uma apresentação que trouxe reflexões sobre o fortalecimento das empresas na região, contribuindo para o avanço de iniciativas estratégicas na área.

### Integração e diálogo são essenciais

Outras ações também foram debatidas, como a construção de um cronograma de reuniões e estratégias focadas na inovação no estado de São Paulo. Além disso, a integração das cidades e o diálogo constante entre os gestores públicos foram classificados como essenciais para impulsionar a economia local, melhorar a geração de empregos e ampliar oportunidades para a população.

### São Caetano I

A Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (SELJ) de São Caetano realizou uma audiência pública de prestação de contas. Os destaques da reunião foram as conquistas das equipes de alto rendimento e a manutenção de centros esportivos. Números gerais de eventos, conquistas e ações foram apresentados.

### São Caetano II

Outro ponto foi o investimento de R\$ 9 milhões em 29 convênios com 10 entidades, todos realizados através de chamamento público. Além disso, segundo o secretário, foram arrecadados R\$ 602.543,68 a partir de recursos do Fundo de Apoio ao Esporte, utilizados para investir nas práticas esportivas.

### Cotia I

Parlamentares apresentaram três proposições e três indicações durante a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cotia. A reunião também contou com a leitura de dois Projetos de Lei e de uma Moção de Aplausos que foi aprovada de maneira unânime. As proposições na íntegra são disponibilizadas online.

### Cotia II

O PL 49/2026, dispõe sobre a prioridade e flexibilização de requisitos para incluir mulheres em situação de violência doméstica e familiar nos programas habitacionais e de assentamento de Cotia. Já o PL 50/2026, define diretrizes para a implementação do Programa Municipal "Reeduca Cidadão – Grupo Reflexivo de Responsabilização e Paz".

### Barueri I

Barueri concentra atenções para o Campeonato Amador, a principal competição esportiva da cidade. A edição deste ano terá 27 categorias, sendo 13 no futsal e 14 no futebol e a expectativa é de reunir cerca de 20 mil participantes, entre atletas e dirigentes. As inscrições vão até domingo, (10), pelo site da competição.

### Barueri II

Na edição deste ano, foi criada a 4ª divisão no futsal e no futebol. Com a mudança, as antigas categorias Juvenil, no futsal, e Juniores, no futebol, foram incorporadas ao novo formato. Para acompanhar as informações do Campeonato Amador, os interessados podem seguir as redes sociais oficiais da competição.



Mogi integra Rede Nacional que previne irregularidades.

# Mogi amplia medidas de combate à corrupção

## A Controladoria de Mogi é a terceira a aderir ao fórum

Da Redação

A Controladoria-Geral do Município de Mogi das Cruzes formalizou a adesão à Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada, que consiste em um fórum voltado à cooperação técnica e ao compartilhamento de boas práticas nos âmbitos federal, estadual e municipal, com o objetivo principal de promover a prevenção, apuração e responsabilização de irregularidades. Além disso, as políticas de integridade no ambiente privado foram debatidas e fortalecidas para combater a corrupção. A Rede é composta pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelas áreas e unidades responsáveis pela aplicação da Lei Anticorrupção e da Lei de Licitações.

O convite de adesão à Rede veio da Controladoria, após Mogi das Cruzes começar a integrar o Programa Time Brasil, da CGU, que, entre outros benefícios, abre a oportunidade de integrar redes nacionais de apoio.

A cidade será representada na Rede Nacional de Promoção da Integridade Privada pelo controlador-geral do Município, Rodrigo Cardoso Reys (titular), e pela gestora de Transparência e Promoção da Integridade da Prefeitura, Jamile Santana (suplente).

Além da adesão ao fórum, Mogi das Cruzes confirmou a participação na 7ª reunião da Rede, que será realizada em 14 de

maio, em São Paulo. O encontro tem como objetivo promover o aprendizado e o compartilhamento de boas práticas.

"Ampliar e modernizar nossas políticas de controladoria é uma forma de fortalecer a prevenção a irregularidades", disse a prefeita da cidade, Mara Bertaiolli.

"Ao lado da prefeita, reafirmo que combater a corrupção e aprimorar os instrumentos de fiscalização são passos essenciais para garantir uma gestão pública íntegra e eficiente, que respeita o cidadão", completa Téo Cusatis, o vice-prefeito de Mogi das Cruzes.

"Essa adesão representa um passo importante no fortalecimento das políticas de integridade no município. A Rede tem como propósito incentivar a cooperação entre os entes federativos, contribuir para a aplicação mais uniforme da Lei Anticorrupção e da nova Lei de Licitações, além de estimular práticas de transparência, ética e integridade", explica Rodrigo Reys.

### Time Brasil

Mogi começou a fazer parte do Programa Time Brasil. Com isso, a cidade passou a ter acesso a sistemas da CGU, como o Fala BR, Analisador de Licitações, Contratos e Editais, bancos de sanções, Portal de Dados Abertos entre outros programas.

Além disso, a adesão dá a possibilidade de participar de programas coordenados pela CGU.

## CORREIO PAULISTA



MP-SP

Obras foram vistas em caçambas, o que levantou suspeitas

### MP investiga descarte de livros de biblioteca em Osasco

O Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito para apurar o descarte de livros da Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, em Osasco. Obras foram vistas em caçambas, o que levantou suspeitas de dano ao patrimônio público. A unidade, inaugurada em 1963, reúne acervo histórico e está fechada desde 2020. A prefeitura afirmou que houve falha no transporte e que o material foi preservado em depósitos, além de abrir sindicância. Movimentos culturais contestam a versão e cobram transparência. O promotor requisitou documentos, laudos e identificação de responsáveis, visando verificar a extensão dos danos e a possibilidade de recuperação dos itens.

### Contaminação no Butantã é debatida

A Assembleia Legislativa de São Paulo realizou audiência pública na terça-feira (28) para discutir a contaminação no Jardim Arpoador, zona oeste da capital. Segundo moradores, há cerca de 50 anos há solo e lençol freático contaminados, atribuídos a resíduos industriais da antiga fábrica da Akzo Nobel instalada em 1974. Dados da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) apontam presença de solventes aromáticos e metais pesados no local.

Rodrigo Romeo/Alesp



Os períodos de fala variam entre cinco e dez minutos

### Segurança pauta sessão da Alesp

Deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo realizaram na quinta-feira (30) a 52ª Sessão Ordinária de 2026, com destaque para temas de segurança pública. Entre os assuntos, foi mencionada denúncia sobre condições precárias do Instituto Médico Legal de Taubaté, que podem impedir o funcionamento noturno da unidade. Também houve citação à reprovação do nome de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal. Participaram os deputados Reis e Eduardo Suplicy, do PT. Durante as sessões, parlamentares utilizam os expedientes para tratar de temas públicos na tribuna.

### Programa cívico-militar será ampliado

O Programa Cívico-Militar deve ser ampliado no segundo semestre de 2026 em São Paulo, passando de 100 para 200 escolas. O anúncio foi feito pelo deputado estadual Tenente Coimbra (PL) durante evento em Mogi das Cruzes. Segundo o parlamentar, a Secretaria da Educação prepara a abertura de adesões, condicionadas à consulta das comunidades escolares.

### Juristas discutem

Quatro juristas debateram a democracia na Alesp, na 8ª aula do curso do ILP na quinta (30), com abordagens valorativa e pragmática, em curso alinhado ao ODS 16 da ONU e às metas da Agenda 2030. Carlos Alberto de Alckmin Dutra destacou democracia como valor e igualdade. Debates citaram direitos sociais e desinformação.

### Apoio à saúde

A deputada estadual Beth Sahnão (PT) recebeu, na quinta-feira (30), certificado entregue pela cardiologista Ludhmila Hajjar, do Hospital das Clínicas da USP, pelo apoio à saúde pública por meio de emendas parlamentares destinadas ao Instituto Central do HC. Ela destacou repasse de R\$ 800 mil ao HC e a importância do SUS.

### Greve em Louveira

Servidores municipais de Louveira, em greve desde 23 de abril, participaram de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na quarta-feira (29), a pedido do deputado Carlos Giannazi (Pso). A categoria cobra reajuste salarial, aumento do auxílio-alimentação e reposição inflacionária de 2024 e 2025.

### Ensino com bônus

O Governo de São Paulo depositou na quinta-feira (30) cerca de R\$ 1 bilhão em bônus a 188 mil profissionais da rede estadual de ensino. O pagamento reconhece o desempenho da rede e os resultados do Saesp, com avanços em matemática e metas da Seduc-SP. A iniciativa integra política de valorização da educação paulista.

### Inverno solidário

O Poupatempo integra a Campanha do Agasalho e mobiliza suas 244 unidades em São Paulo como pontos de coleta, segundo o Fundo Social. As doações seguem até 22 de setembro e incluem agasalhos, meias, toucas e luvas em bom estado. Também é possível contribuir via Pix ou depósito para compra de cobertores.

### Vagas na USP

Inscrições para transferência externa da USP seguem abertas até terça-feira (5), com taxa de R\$ 228. São 933 vagas, sendo 124 do PEC-G. A prova ocorre em 17 de maio, com 80 questões de múltipla escolha. O processo tem duas etapas: pré-seleção pela Fuvest e seleção pelas unidades. Resultado sai no dia 26 de maio.



O valor contempla mais de 70 categorias profissionais

# Reajuste do piso paulista avança na Assembleia

## Projeto prevê aumento e amplia diferença frente ao mínimo federal

Da Redação

O governador Tarcísio de Freitas encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) um projeto de lei que propõe o reajuste do salário mínimo paulista para R\$ 1.874,36. A medida integra a política de valorização do piso regional e, se aprovada pelos deputados estaduais, deverá entrar em vigor ainda em 2026.

O valor sugerido é superior ao salário mínimo nacional, atualmente fixado em R\$ 1.621. De acordo com o governo estadual, a diferença entre os dois pisos será de R\$ 253, o que corresponde a uma vantagem de 15,6% para o trabalhador paulista. O reajuste alcança mais de 70 categorias profissionais que não possuem piso definido por legislação federal ou negociação coletiva.

Entre os segmentos contemplados estão trabalhadores domésticos, cuidadores de idosos e de pessoas com deficiência, além de serventes, trabalhadores agropecuários, pescadores e profissionais de serviços gerais. Também fazem parte da lista trabalhadores de limpeza, conservação, manutenção de áreas públicas e empregados não especializados do comércio, da indústria e de serviços administrativos.

O projeto inclui ainda profissionais da construção civil, como pedreiros, pintores, encanadores e soldadores, além de categorias

ligadas aos setores de alimentação, turismo e hospedagem, como garçons, barmen e trabalhadores da preparação de alimentos e bebidas. Ocupações industriais e operacionais, como operadores de máquinas, montadores e trabalhadores de usinagem, também estão entre as beneficiadas.

Segundo dados do Executivo paulista, o salário mínimo estadual acumulou alta de 46% desde 2022. No mesmo período, o salário mínimo nacional registrou crescimento nominal de 33,7%. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 19,5%, o que indica ganho real no piso regional.

O governo estadual afirma que a proposta busca preservar o poder de compra dos trabalhadores e estimular a economia local, ao ampliar a renda disponível para consumo. Especialistas apontam que políticas de valorização do salário mínimo podem impactar positivamente setores dependentes da demanda interna, embora também exijam atenção de empregadores quanto ao aumento de custos.

A proposta segue agora para tramitação na Alesp, onde será analisada pelas comissões e posteriormente levada à votação em plenário. Caso seja aprovada sem alterações, o novo valor passará a ser referência para as categorias abrangidas, consolidando o piso paulista como um dos mais elevados do país.

# Demissões de cinco auditores fiscais se somam a outros 17 afastamentos

Secretaria da Fazenda e Planejamento de SP mantém 61 procedimentos em andamento

Com o recente anúncio da demissão de cinco auditores fiscais envolvidos em irregularidades, o Governo de São Paulo aponta avanço nas apurações internas conduzidas pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, em conjunto com o Ministério Público. Os casos estão relacionados às Operações Ícaro e seus desdobramentos, como Mágico de Oz e Fisco Paralelo, que investigam possíveis desvios de conduta na administração pública estadual.

Segundo o governo estadual, as demissões representam um desdobramento das investigações em curso e indicam o estágio mais avançado de responsabilização administrativa. Ao todo, sete servidores foram desligados apenas no mês de abril. Outros 17 funcionários permanecem afastados de suas funções, medida adotada no âmbito das apurações.

Dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento indicam que há atualmente 61 procedimentos administrativos em aberto. Desse total, 11 são processos administrativos disciplinares, que podem resultar em sanções como suspensão ou demissão, e 37 correspondem a apurações preliminares voltadas à análise da conduta de servidores.

Parte desses processos já se encontra em estágio mais avançado. Cinco deles estão em fase final de instrução e, caso sejam confirmadas infrações disciplinares, podem resultar em novas



Divulgação/Governo de SP

As investigações resultaram em demissões de auditores fiscais e mantêm servidores afastados

demissões. A abertura de novos procedimentos também não está descartada, conforme o avanço das investigações.

Em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento afirmou que as ações têm como objetivo responsabilizar os envolvidos, fortalecer os mecanismos de controle e garantir a integridade da gestão. A pasta é comandada por

Samuel Kinoshita.

As medidas integram um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento dos mecanismos de controle interno e à ampliação da capacidade de fiscalização do Estado, segundo o governo paulista. A atuação conjunta com órgãos de controle e investigação é apontada como um dos fatores para o avanço das apurações.

Especialistas apontam que o avanço de investigações e a adoção de ferramentas de controle também têm impacto direto na percepção de transparência e governança na administração pública.

O cenário ocorre em um momento de movimentação no campo político estadual. O governador Tarcísio de Freitas é

apontado como pré-candidato nas próximas eleições, e ações relacionadas à gestão e ao controle administrativo passam a ter maior visibilidade no debate público.

## Radar anticorrupção

Divulgadas em dezembro do ano passado, ferramentas da Controladoria Geral do Estado de São Paulo ampliam a capacidade de fiscalização e reforçam a atuação preventiva na administração pública. A iniciativa integra o Plano Anticorrupção do Estado, que reúne 128 ações previstas até 2026, das quais 90 já foram concluídas.

Entre os avanços estão o aprimoramento do Sistema de Alertas de Licitações, o Lince, e do Sistema de Inteligência de Análise de Dados, o Strix, que permitem identificar irregularidades com mais precisão e eficiência.

O Lince foi otimizado para emitir alertas mais precisos em editais e contratações, enquanto o Strix passou a integrar 32 bases de dados, ampliando o cruzamento de informações e a identificação de padrões atípicos, o que fortalece a atuação dos órgãos de controle.

A consolidação das ferramentas é reforçada por uma plataforma de análise de grandes volumes de dados, contratada por meio da Prodesp qualifica o monitoramento e contribui para a prevenção de desvios na administração pública.

# Roubos e furtos de veículos caem 37,3% no estado

Os roubos de veículos no estado de São Paulo tiveram queda de 37,3% no primeiro trimestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2025. De janeiro a março foram 4.355 casos.

Quando analisados só os furtos, a queda foi de 11,3%, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, totalizando 19.998 registros. Os dados são da Secretaria Estadual de Segurança Pública do estado de São Paulo (SSP-SP).

Segundo o delegado da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio (Divecar), do Deic, Paul Verduraz, os resultados são consequência de trabalho planejado e integrado entre Polícia Civil e Polícia Militar, além de outros órgãos municipais e estaduais, com ações voltadas para o combate da receptação de veículos e desmanches clandestinos.

“Em 2025, conseguimos avan-

çar com operações conjuntas e, neste ano, intensificamos ainda mais essa atuação por meio das nossas unidades especializadas. Nosso foco é atingir toda a cadeia criminosa, especialmente o mercado ilegal de peças, que é o principal indutor desses crimes”, afirmou.

De acordo com a SSP-SP, o Programa Muralha Paulista também contribuiu com a queda. Com a tecnologia aplicada ao programa, que conta com câmeras e sensores de órgãos públicos e privados a bancos de dados, foi possível identificar de veículos furtados ou roubados e pessoas procuradas pela Justiça, por meio da leitura de placas e reconhecimento facial.

A partir da leitura automática de placas, o sistema identifica veículos com registro de furto ou roubo e gera alertas em tempo real. Com isso, equipes de policiamento tem a possibilidade de

atuar rapidamente, contribuindo para a prisão de suspeitos e a recuperação dos veículos.

O coronel da Polícia Militar, Carlos Lucena, explicou que os alertas emitidos pelo programa permitem identificar veículos roubados ou furtados e garantir uma resposta rápida das equipes, o que possibilita a prisão dos infratores e a recuperação dos veículos.

“As quedas são resultado de um trabalho sistêmico integrado, com uso de tecnologia, como câmeras, drones de alta resolução e o programa Muralha Paulista, aliado à gestão operacional do policiamento”, ressaltou.

Os dados reforçam uma tendência de redução dos crimes patrimoniais no estado, segundo a secretaria, com expectativa de manutenção dos índices ao longo do ano, a partir da continuidade das ações integradas e do uso de tecnologia no monitoramento.



Fábio Pozzebom/Agência Brasil

Comparação foi feita com o mesmo período do ano passado

## CORREIO DAS REGIÕES

Prefeitura de Piracicaba



O design será inspirado no rio Piracicaba

### Passarela de R\$ 6,3 mi vai ligar área movimentada de Piracicaba

A Prefeitura de Piracicaba abriu licitação para construir uma passarela exclusiva de pedestres ligando o Parque da Rua do Porto à Área de Lazer do Trabalhador. Com investimento estimado em R\$ 6,3 milhões, a estrutura será metálica, elevada e coberta, atravessando a avenida Dr. Paulo de Moraes. O projeto busca ampliar a integração entre dois dos pontos mais movimentados da cidade. O edital prevê abertura das propostas em 9 de junho. A obra integra a revitalização da orla da Rua do Porto, em parceria com a Secretaria de Turismo, e terá prazo de execução de nove meses após a ordem de serviço. Segundo a pasta, o design será inspirado em um peixe, em referência ao rio Piracicaba.

### Parque de diversões abre vagas grátis

Famílias de Sorocaba já podem se inscrever para garantir ingressos gratuitos no parque de diversões Luna Park, que oferece 50 entradas por dia entre 4 e 8 de maio. A ação social ocorre de segunda a sexta, das 18h às 22h, e é voltada a crianças e adolescentes acompanhados por responsáveis. Cada adulto pode levar até cinco pessoas para o parque que conta com mais de 20 atrações. O foco é para famílias em situação de vulnerabilidade.

Agência SP



Uma das ações permite a cobrança automática de pedágio

### Rodovia de Barretos recebe R\$ 1,6 bi

Trecho da Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP-326), na região de Barretos, passa por modernizações com foco em segurança e mobilidade. Sob gestão da Ecovias Noroeste Paulista, já são R\$ 1,6 bilhão investidos, com previsão de R\$ 14 bilhões em 30 anos. As ações incluem reordenação de acessos, ciclovias e bases de atendimento. Outro destaque é o sistema Siga Fácil, com pórticos eletrônicos que eliminam praças de pedágio e permitem cobrança automática por placas e tags. Segundo a concessionária o modelo garante mais fluidez e descontos a motoristas.

### Regiões rurais são regularizadas

O Governo de SP emitiu 5.375 títulos rurais entre 2023 e o 1º trimestre de 2026, com destaque para 42 novos documentos entregues na Agrishow. A ação, prioriza regiões como Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira. Pequenos e médios produtores concentram 90% dos títulos. No total, mais de 250 mil hectares foram regularizados, com investimentos superiores a R\$ 20 milhões.

### Combate ao Covid I

Com liderança do professor Jairo Kenupp Bastos, da USP de Ribeirão Preto, estudo internacional investigou compostos das folhas da copaíba-vermelha, planta nativa brasileira. As substâncias demonstraram ação relevante contra a Covid-19, ao bloquear a entrada do vírus nas células e reduzir sua multiplicação.

### Combate ao Covid I

Além disso, os componentes interferem na produção de proteínas e enzimas virais, e também apresentam efeitos anti-inflamatórios, fortalecendo a imunidade em casos mais graves. Os testes iniciais indicaram baixa toxicidade, mas ainda são necessárias etapas clínicas para confirmar o uso terapêutico.

### Inscrições Unesp

Termina às 23h59 desta terça-feira (5) o prazo para o Vestibular Meio de Ano 2026 da Unesp, com 180 vagas em cursos de Assis e Ilha Solteira. A inscrição é feita pela Vunesp. As provas ocorrem entre maio e junho, e o resultado sai em 10 de julho. Há reserva de vagas e opções de isenção e desconto na taxa.

### Oito radares

Nova licitação da Prefeitura prevê ampliar a fiscalização de trânsito em Piracicaba, com a instalação de mais oito radares, totalizando 58 pontos. O contrato, estimado em R\$ 22,2 milhões por um ano, inclui implantação e manutenção dos equipamentos. O edital foi ajustado após suspensão anterior e agora permite consórcios.

### Doação de órgãos

Na sexta-feira (1º), um hospital de Catanduva realizou a captação múltipla de órgãos após autorização da família de um homem de 34 anos que faleceu após um acidente de carro. O procedimento envolveu quatro órgãos, podendo beneficiar até sete pessoas. Os órgãos foram encaminhados a hospitais da região.

### Vinho apreendido

Um caminhoneiro foi detido na última semana durante fiscalização na Rodovia Castello Branco, em Iaras. No caminhão, policiais localizaram 236 caixas com 1.416 garrafas de vinho argentino sem nota fiscal. A ação ocorreu durante operação do feriado, foi caracterizada como descaminho e foi encaminhado à PF de Bauru.



Baixa nos furtos reflete ações integradas de segurança

## Interior tem redução em roubos de veículos

Marca atinge menor número em 26 anos e mantém queda

Da Redação

O interior de São Paulo registrou, no primeiro trimestre de 2026, o menor número de roubos de veículos em 26 anos. De janeiro a março, foram 1.102 ocorrências, contra 1.711 no mesmo período de 2025, uma queda de 35,5%. O resultado mantém uma trajetória de redução contínua desde anos anteriores, em 2015, por exemplo, o índice chegou a 4.464 casos.

Em março, a diminuição também foi significativa: 408 registros, frente a 540 no mesmo mês do ano passado, recuo de 24,4%. Os furtos de veículos acompanharam, com queda de 11,3% no trimestre (6.053 casos em 2026 contra 6.827 em 2025).

### Reforço e tecnologia

Entre os fatores apontados para a redução estão o aumento das fiscalizações e o reforço no policiamento urbano e rodoviário. “As ações incluem presença nas bases operacionais com policiais em todo o estado, controle de veículos irregulares por meio da inteligência em pedágios e uso de sistemas como o Muralha Paulista e radares das concessionárias”, explicou o coronel Hugo Araújo Santos, comandante da Polícia Militar Rodoviária.

A recuperação de veículos também apresentou números relevantes: 4.167 automóveis foram localizados até março, sendo

1.345 apenas no último mês do período.

Na área do Deinter 6, que abrange o litoral paulista e o Vale do Ribeira, a queda nos roubos chegou a 57% no trimestre. “A queda nos índices é reflexo do trabalho de inteligência. Reuniões mensais entre os comandos e o cumprimento de mandados de prisão têm contribuído para esses resultados”, afirmou o delegado Luiz Carlos do Carmo.

### Crimes contra a vida

Os indicadores de violência letal também apresentaram melhora. Foram 373 homicídios dolosos no trimestre, contra 377 no mesmo período de 2025. Em março, ocorreram 140 casos no interior paulista. Destaque para quedas nas regiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Campinas.

O secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves, destacou o impacto das ações estratégicas. “A expressiva redução dos latrocínios no estado de São Paulo reflete o trabalho contínuo das forças de segurança, tanto na elucidação dos crimes quanto na rápida identificação e prisão dos autores”, disse.

Uma das iniciativas que contribuem para esse cenário é o programa SPVida, que integra dados e análises sobre crimes contra a vida, auxiliando no planejamento de políticas públicas e ações preventivas em todo o estado.

Matheus Pereira/AAN

## GRANDE CAMPINAS

Captura de tela/Google Maps



Foi estabelecido prazo de 15 dias para saída de moradoras

### Prédio deverá ser evacuado devido a falhas estruturais

A Defesa Civil de Indaiatuba interditou e determinou a desocupação total de um prédio no Jardim Renata por riscos estruturais. A vistoria, motivada por denúncia, identificou trincas e movimentações perigosas, estabelecendo um prazo de até 15 dias para a saída dos moradores. Segundo as responsáveis pela obra, as falhas são conhecidas desde 2017. Um acordo judicial firmado em 2022 previu o pagamento de indenização para que o próprio condomínio realizasse os reparos, com quitação finalizada em 2025. O órgão alerta que o prazo de desocupação pode ser reduzido se as condições do edifício piorarem, visando garantir a segurança diante da instabilidade detectada agora em 2026.

### Transporte coletivo durante evento

A cidade de Indaiatuba terá linhas e horários especiais para o 34º Maio Musical 2026, que acontece até dia 31 do mês. A operação ocorre às sextas, sábados e domingos, após as 22h15, facilitando o retorno dos shows nos Palcos Terra, Água e Luz. Os trajetos abrangem sentidos centro-bairro, bairro-centro e interbairros, atendendo regiões como Campo Bonito, Cecap e João Piolli, garantindo segurança e comodidade aos frequentadores.

Divulgação



Presidente diz que segmento é forte indutor do 1º emprego

### Saldo positivo de vagas em Alimentação

O setor de alimentação na RMC gerou 516 empregos em março, totalizando 1.240 vagas no trimestre de 2026. Hortolândia (210), Campinas (193), Americana (42), Indaiatuba (29) e Valinhos (29) lideraram o saldo positivo. Já Sumaré, Monte Mor, Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa e Itatiba tiveram perdas, enquanto Artur Nogueira, Morungaba e Pedreira ficaram estáveis. Segundo o Presidente da Abrasel, André Mandetta, o setor é motor de empregos, mas enfrenta desafios financeiros, com 25% das empresas operando em prejuízo em março.

### Americana convoca aprovados

Visando renovar e ampliar o quadro de funcionários municipais, a Prefeitura de Americana convocou 54 aprovados em concurso para 22 funções, como escriturário, técnico de enfermagem e professores. Os editais saíram no Diário Oficial e os candidatos devem comparecer ao Auditório Villa Americana no dia 6 de maio: às 9h para cargos gerais e às 13h30 para a educação.

### Exoneração

Mateus Rosa Tognella pediu exoneração do cargo de secretário em Nova Odessa após ser alvo de buscas da Polícia Civil. Ele é investigado por suposta ligação com lavagem de dinheiro do PCC em prefeituras. O político, que já atuou em Campinas, teve celulares e notebooks apreendidos em sua residência.

### Operação conjunta

Na última semana, PM e Ministério Público lançaram operação em Sumaré e Hortolândia contra o crime organizado. Coordenada pelo CPI-9 e pelo 10º Baep, a força-tarefa iniciou os trabalhos às 6h para cumprir mandados judiciais em diversos endereços, visando desarticular grupos criminosos locais.

### Operação II

As equipes do Baep realizam buscas domiciliares para localizar armas, drogas e provas que ajudem no avanço de investigações em curso. Até o momento, os bairros específicos das diligências não foram detalhados, mas o foco é reunir materiais ilícitos para enfraquecer a infraestrutura do tráfico.

### Internet 5G

A Câmara de Americana debate, em 18 de maio e 3 de junho, novas regras para torres e antenas de internet. O projeto visa ampliar o sinal 5G, definindo normas urbanísticas e prazos de 60 dias para licenciamento. A proposta incentiva o compartilhamento de infraestrutura entre operadoras e prevê multas para irregularidades.

### Plantões médicos

A Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste lançou licitação de R\$ 11,2 milhões para contratar plantões médicos adultos nos Prontos-Socorros Afonso Ramos e Edison Mano. O edital prevê até 6,6 mil escalas de 12 horas anuais, com valor estimado de R\$ 1.701 cada, para reforçar o atendimento a partir de junho de 2026.

### Plantões médicos II

O novo contrato em Santa Bárbara d'Oeste seguirá um modelo por demanda, ajustando o número de médicos conforme o fluxo de pacientes. A meta é garantir a regularidade na urgência e emergência, unindo plantonistas a médicos concursados para manter as unidades funcionando sem interrupções ou déficits.



Empresa diz que mudanças derivam de alterações em Rio

## Água em Paulínia segue com cheiro e gosto ruins

Sabesp usa carvão ativado, mas população ainda cobra solução

Da Redação

A população de Paulínia continua a relatar dificuldades em relação ao fornecimento de água potável. Segundo as informações, há aproximadamente duas semanas, moradores observam alterações perceptíveis no odor, sabor e coloração do recurso hífrico. O problema persiste mesmo após as intervenções iniciais realizadas pela Sabesp para mitigar os impactos no sistema de distribuição.

Diante do cenário, a administração municipal estabeleceu uma agenda de reuniões com a diretoria da concessionária e representantes do Governo do Estado. O processo conta com o suporte técnico da Cetesb, da agência reguladora Arsesp e das vigilâncias sanitárias municipal e estadual.

### Monitoramento

De acordo com o prefeito Danilo Barros, embora o problema seja visível e atinja residências em diferentes zonas da cidade, não foi identificado um aumento atípico na procura por atendimento médico em decorrência do consumo da água. Ele destacou que a situação apresenta uma leve melhora em comparação à semana anterior, descartando a existência de um surto epidemiológico no município.

A Vigilância Sanitária de Paulínia realizou inspeções na estação de tratamento local e requisitou

laudos detalhados sobre as condições do material distribuído.

A Sabesp sustenta que a água fornecida permanece dentro dos padrões de potabilidade. Segundo a companhia, as anormalidades derivam de mudanças no Rio Jaguari, onde houve um acúmulo de substâncias que, durante o processo de purificação, liberaram odores indesejados. Segundo a direção da empresa, a principal contramedida aplicada foi a adição de carvão ativado nas etapas de tratamento. Este componente químico tem a função de reter impurezas e neutralizar o gosto e o cheiro da água antes que ela seja enviada para a rede.

### Recomendações

Devido ao histórico de instabilidade no abastecimento e alterações recentes, as autoridades orientam que o morador formalize qualquer irregularidade junto aos canais oficiais da Sabesp. O registro é fundamental para o mapeamento das áreas críticas e pode ser feito pelo telefone 0800 055 0195 ou pelo WhatsApp (11) 3388-8000.

Outro ponto de atenção refere-se aos reservatórios domésticos. Como a água com odor e sabor alterados pode ter ficado armazenada nas residências, especialistas sugerem a limpeza das caixas d'água para evitar que os resíduos persistam mesmo após a normalização do sistema público de distribuição em Paulínia.

# CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Gaspar se posicionou sobre decisão do Senado

## “Briga de facções no Senado”, analisa ex-vereador I

A rejeição do Senado à indicação de Jorge Messias a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou repercussão nas redes sociais, sobretudo de favoráveis e contrários à decisão. Mas, entre as excessões que optaram pela terceira via, indicando que a primeira e a segunda são o sujo falando do rasgado e o roto do mal-lavado, encontra-se o analista político de Campinas, Paulo Gaspar, ex-vereador (2021-2024) da cidade, então pelo partido Novo. “Enquanto você acredita que foi uma vitória da Direita sobre a Esquerda eles estão todos juntos e misturados e cada um defendendo apenas seus interesses políticos. No fundo a única verdade é que se trata de briga entre facções dentro do Congresso”.

## “Briga de facções no Senado” II

Segundo Gaspar, a disputa foi “fruto da articulação de Alcolumbre, que não havia conseguido colocar Augusto Aras no STF e, agora, batalhava para emplacar o amigo Rodrigo Pacheco”, mas que foi derrotado pelo governo, “que optou por indicar Messias”. O ex-vereador lembra ainda que “Alcolumbre reclamou que não havia sido consultado sobre a decisão de Lula”, que “Vieira e Mendonça eram a favor da indicação de Messias, e Moraes, contra”.

Moara Semeghini



Funcionário da Prefeitura defende corte das árvores

## Conflito de interesses I

O corte de árvores na Praça do Coco, no distrito de Barão Geraldo, transcendeu a zeladoria urbana e se tornou um embate entre o rigor técnico e a conveniência política. De um lado, laudos emitidos por pesquisadores da Unicamp, cujas conclusões fundamentam-se em critérios científicos, metodologias de análise biológica e estudos de impacto ambiental - gozando de imparcialidade, baseada em evidências fáticas e não em impressões subjetivas ou de interesses de gabinete.

## Conflito de interesses II

Mas, por outro lado, há a defesa dos cortes das árvores feita por Vagner dos Santos Belini, que carece de qualquer autoridade moral e de isenção para fazê-lo, já ele que é diretor da Mata Santa Genebra e funcionário direto da administração de Dário. Soma-se a isso, o fato dele não ser servidor de carreira, mas, sim, de ocupar um cargo justamente por ter indicação política.

## PINGA-FOGO

### Finalmente I

A iniciativa da Câmara ao propor a Semana de Homagem aos Pracinhas Campineiros no calendário oficial da cidade é um acerto institucional, diante de um histórico de sessões solenes descabidas e desprovidas de relevância pública, como a de Perminio Monteiro (PSB-SP), que homenageia um bar.

### Finalmente II

A valorização da memória dos combatentes, inclusive que deram a própria vida na Itália, surge como restauração à dignidade das honrarias legislativas locais, estabelece um marco para o reconhecimento histórico da participação de Campinas no esforço bélico internacional, que venceu a 2ªGM

### Finalmente III

Em vez de dissipar o parlamento com condecorações banais, opta agora por formalizar o respeito àqueles que enfrentaram o totalitarismo de Mussolini e Hitler em solo europeu, recuperando o propósito original da Casa em celebrar exemplos de civismo e de sacrifício coletivo

### Finalmente IV

A relevância fundamenta-se na participação direta de 328 militares de Campinas que integraram o contingente de mais de 25 mil brasileiros na guerra. A atuação campineira no confronto é um capítulo de bravura que, até então, carecia de um espaço de celebração contínua e oficial à altura do impacto histórico de tão nobres cidadãos

### Finalmente V

A Semana também presta tributo à Associação dos Expedicionários Campineiros - a entidade mais antiga do gênero no Brasil e que é responsável pela preservação de um acervo que documenta a vitória campineira sobre as divisões alemãs na luta pela garantia das liberdades democráticas no mundo ocidental

### Finalmente VI

A decisão de priorizar a história dos Pracinhas em detrimento a homenagens inócuas atende ao anseio de seriedade na gestão da memória pública. É imperativo que o reconhecimento de feitos históricos de tamanha magnitude prevaleça e seja transmitido às futuras gerações campinenses



Banca do Alemão, uma das mais tradicionais do Centro

# Paço tem até dia 17 para dar solução sobre bancas

## Ministério Público estipulou o prazo para Prefeitura responder

Da Redação

A Prefeitura tem até o dia 17 para apresentar ao Ministério Público de São Paulo (MPSP) soluções sobre a permanência das bancas na região central. O despacho emitido pela promotoria no dia 27 de abril estabeleceu um prazo de 20 dias para que a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo informe as medidas que serão adotadas junto à Setec (autarquia responsável pelo solo público) para regularizar as 51 bancas instaladas no Centro Histórico. A resposta deverá conter um cronograma executivo detalhado, especificando quais bancas poderão permanecer mediante adequação e quais deverão ser realocadas para pontos que não apresentem restrições de tombamento. O MP enfatiza que o cumprimento da lei de proteção ao patrimônio não é opcional e que a negligência pode configurar omissão administrativa.

Entre os riscos citados, a aplicação de multas diárias elevadas, o ajuizamento de ações civis públicas e até a responsabilização direta nas esferas cível e criminal de agentes públicos e dos próprios permissionários das bancas.

A abrangência geográfica do impasse inclui o Largo do Rosário, a Praça Carlos Gomes, a Praça Rui Barbosa, a Praça Bento Quirino e o Largo do Pará.

A movimentação do MP ganhou força após o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) ter

formalizado que as permissões atuais foram concedidas originalmente sem a devida anuência técnica dos órgãos competentes de preservação. Segundo os registros administrativos disponíveis, as autorizações de funcionamento para foram emitidas nas décadas de 1980 e 1990, quando o ordenamento jurídico municipal e estadual ainda não exigia a obrigatoriedade de uma análise técnica prévia por parte dos conselhos de patrimônio para a instalação desse tipo de mobiliário urbano em áreas protegidas.

### Protestos

O cenário acabou criando um conflito administrativo e jurídico entre o direito fundamental ao exercício do trabalho dos permissionários e a obrigação do poder público em zelar pelo acervo arquitetônico da metrópole. Há poucas semanas, a Prefeitura havia anunciado a suspensão temporária da ordem de remoção imediata, que havia provocado uma onda de protestos por parte dos comerciantes. Na ocasião, o governo optou pela criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para mediar o impasse e estabelecer novos critérios técnicos e urbanísticos que permitam a convivência das bancas com as normas de tombamento.

Os comerciantes argumentam que sempre atuaram dentro da legalidade, mantendo suas taxas municipais rigorosamente em dia e contando com o apoio institucional da Câmara Municipal.

# Programação homenageia pracinhas na Semana da Vitória da 2ª Guerra

Eventos são gratuitos, abertos ao público e incluem exposições, palestras e visitas guiadas

AExpCamp



Semana é promovida pela Associação dos Expedicionários Campineiros (AExpCamp)

Por Raquel Valli

Campinas terá uma programação especial durante toda a semana que vem para preservar e divulgar a história da Força Expedicionária Brasileira (FEB), e, mais especificamente, dos pracinhas que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

Dos 25.334 militares enviados à Itália, 328 eram nascidos ou moravam em Campinas.

A programação é gratuita, aberta ao público e inclui solenidades, exposições, palestras e visitas guiadas. Haverá ações em diversos pontos, entre os quais, na Prefeitura, na Câmara Municipal, no museu da FEB, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) e na Academia Campinense de Letras (confira o cronograma abaixo).

A semana é promovida pela Associação dos Expedicionários Campineiros (AExpCamp), que

foi fundada em 28 de outubro de 1945 e é considerada a mais antiga associação do gênero no Brasil.

Será realizada em parceria com a Companhia de Viaturas Militares Antigas do Interior de São Paulo (CVMAISP), com a Prefeitura e com a 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada - popularmente conhecida como Brigada Anhanguera.

## Legislativo

A primeira parte da 25ª reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada na segunda-feira (4), marcará as comemorações do Dia da Vitória, celebrado em 8 de maio - data, em 1945, em que foi decretado o fim da Segunda Guerra Mundial. Anualmente, neste dia, comemora-se a vitória dos Aliados contra o nazifascismo; o triunfo da democracia sobre o totalitarismo.

Durante a reunião, será apresentado o Projeto de Lei nº 8626,

de autoria do vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP), que institui a Semana da Força Expedicionária Brasileira - a ser realizada anualmente entre os dias 2 e 8 de maio e a ser incluída no calendário oficial de eventos de Campinas.

Participam do encontro Marino Di Tella Ferreira e José Francisco de Barros Piazzon, presidente e vice-presidente, respectivamente, da Associação dos Expedicionários Campineiros; Nelson Alberti e Flavio Costa, presidente e vice-presidente, respectivamente, da Companhia de Viaturas Militares Antigas do Interior de São Paulo.

A solenidade está marcada às 17h e será realizada no Plenário José Maria Matosinho, com entrada pela Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66, Ponte Preta. Haverá transmissão ao vivo pela TV Câmara Campinas, com retransmissão pelas redes sociais da Casa.



Adriano Massuda durante entrevista e o Dário Saadi ao fundo

## Ministério da Saúde destaca investimentos em Campinas

Por Moara Semeghini

A passagem do secretário executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, por Campinas nesta semana trouxe um panorama dos investimentos federais na saúde e das estratégias para ampliar o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), em meio a um cenário de pressão sobre a rede pública no município.

Durante reunião com prefeitos do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (RMC) - que é presidido pelo prefeito Dário Saadi - Massuda apresentou os avanços do programa Agora Tem Especialistas e os investimentos do Novo PAC Saúde, destacando a ampliação da oferta de consultas, exames e cirurgias especializadas no SUS, além de ações voltadas à modernização e expansão da rede pública.

Na Região Metropolitana de Campinas, os investimentos federais vêm sendo ampliados. Entre 2022 e 2025, houve crescimento nos repasses para a saúde, com destaque para a ampliação dos recursos de média e alta complexidade. O financiamento por meio do FAEC passou de R\$ 34,5 milhões, em 2022, para R\$ 68,2 milhões, em 2025, enquanto o teto MAC evoluiu de R\$ 463,3 milhões para R\$ 574,4 milhões no período. A região conta ainda com 491 equipes de Saúde da Família cofinanciadas, ampliando a cobertura da atenção primária.

Em Campinas, especificamente, o teto MAC alcançou R\$ 311 milhões, valor 11,3% superior ao registrado em 2022. Segundo o ministério, entre 2021 e 2025 houve expansão da estrutura de atendimento no município. As equipes de Consultório na Rua cresceram 50%, enquanto as equipes de Saúde da Família avançaram 21,6%. O número de profissionais residentes mais que dobrou, com aumento de 119,4%. Na área de investimentos, o governo federal prevê aporte de R\$ 11,8 milhões por meio do Novo PAC Saúde para a construção de unida-

des básicas no município. Também estão em andamento projetos para três novas Unidades Básicas de Saúde e um Centro de Atenção Psicossocial. Em nível nacional, o ministério destacou a realização de mais de 357 mil cirurgias, exames e procedimentos em mutirões realizados em 2025 e 2026, envolvendo mais de 500 municípios e 940 unidades de saúde públicas e privadas.

Na região, o programa também inclui ações voltadas ao fortalecimento do cuidado oncológico, como a expansão da radioterapia com a implantação de dois aceleradores lineares. Há ainda propostas em andamento para ampliação da oferta de cirurgias e consultas, além do envio de novos veículos para transporte de pacientes. Outro destaque é a carreta de Saúde da Mulher, em funcionamento em Campinas desde abril, que oferece consultas, exames e procedimentos voltados ao diagnóstico de câncer de mama e de colo do útero para pacientes regulados pelo SUS.

Massuda afirmou que as medidas fazem parte de um esforço de reconstrução e fortalecimento do SUS após os impactos da pandemia. "Estamos trabalhando para transformar recursos em cuidado, ampliando a oferta de serviços e garantindo que a população tenha acesso no tempo certo", disse.

O secretário executivo destacou ainda os investimentos do Novo PAC Saúde, que prevê R\$ 31,9 bilhões para fortalecer a infraestrutura do SUS em todo o país, incluindo ampliação da atenção primária e especializada, modernização de unidades, expansão da tele saúde e aquisição de equipamentos.

O programa federal Agora Tem Especialistas tem como objetivo reduzir filas no SUS ampliando o acesso a consultas, exames e cirurgias. A iniciativa prioriza áreas com maior demanda, como oncologia e cardiologia, e inclui parcerias com hospitais privados, ampliação de horários de atendimento, uso de unidades móveis, mutirões e expansão da telessaúde.

## PROGRAMAÇÃO

### 4/5 (segunda-feira)

- 9h - Abertura oficial no Paço Municipal, com presença de autoridades civis e militares
- 17h - Sessão solene na Câmara Municipal

### 5/5 (terça-feira)

- Palestra em escolas (restritas aos estudantes das instituições)

### 6 e 7/5 (quarta e quinta-feiras)

- Museu FEB Campinas (Rua Falcão Filho, 96): visitas guiadas e palestras, com participação de militares da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada e da EsPCEX

### 8/5 (sexta-feira): Dia da Vitória da 2ª Guerra Mundial

- 8h30h - Atividades comemorativas e exposição de viaturas militares antigas na EsPCEX

- 19h - Palestra na Academia Campinense de Letras ministrada pelo presidente da AExpCamp, Marino Di Tella Ferreira

### 9/5 (sábado)

- 10h: Solenidade do Dia da Vitória na Praça Euclides da Cunha com a participação da 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, Banda Marcial da EsPCEX, culto ecumênico e exposição de viaturas

## CORREIO NO MUNDO

Fernandezs Mariana/ Wikimedia Commons



Gestão Milei levou a Argentina a queda drástica no índice

## Liberdade de imprensa na Argentina em queda livre

Após o bloqueio imposto pelo governo de Javier Milei a jornalistas na Casa Rosada, a ONG Repórteres Sem Fronteiras mostrou que a Argentina caiu 11 posições no ranking anual de liberdade de imprensa feito pela organização. Segundo o relatório divulgado, a Argentina está na 98ª posição entre 180 países - o pior resultado desde 2002, quando a ONG começou a fazer a série. Apesar das oscilações ao longo dos anos, a nação costumava pontuar melhor que seus vizinhos da região. A tendência mudou no relatório de 2023, quando a Argentina ficou na 40ª posição -11 a menos do que o de 2022. Na década anterior, o país vinha flutuando entre as posições 48 e 69, sempre em uma situação "relativamente boa", segundo a ONG, atrás somente da melhor classificação.

### ONG culpa gestão de Javier Milei

Também em 2023, a nação perdeu essa categoria e passou a ser classificada de "problemática" pela ONG, caindo novamente este ano. Agora, a liberdade de imprensa é "difícil", apenas um degrau a mais do que o pior nível, o "muito grave". Antes da recente derrocada, que coincide em grande parte com o governo Milei, a Argentina já havia passado por fases ruins nessa seara, de acordo com os rankings da Repórteres Sem Fronteiras.

Reprodução X/@JMilei



Estratégia de Milei é comparada à de Donald Trump

### Pior colocação da história do ranking

Em 2006, o país caiu para o 82º lugar, sua pior colocação até o ano passado. Nenhuma época, porém, foi tão crítica como a atual. Desde 2022, o país já caiu 69 posições, e agora está atrás de nações como Chipre e Bolívia. A avaliação atual, que se refere a 2025, sequer inclui a última ofensiva contra a imprensa no país: o bloqueio de jornalistas credenciados na Casa Rosada após a emissora TN (Todo Noticias) exibir imagens gravadas com óculos inteligentes dentro da sede do governo. A medida esvaziou a sala de imprensa do prédio que funcionava praticamente sem interrupção desde 1940.

### Inspiração em Donald Trump

Embora inédita na história recente da Argentina, a ação parece ter sido inspirada na política de Trump na Casa Branca. Desde que voltou ao poder, o republicano impôs diversos entraves à entrada dos jornalistas à órgãos públicos nos EUA. A Repórteres Sem Fronteiras associou a estratégia de Milei à de Trump no relatório atual.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)

### Reajuste salarial

A líder interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, anunciou na última quinta-feira (30) um aumento de 26% do chamado "ingresso mínimo integral", elevando-o de US\$ 190 (cerca de R\$ 947) para US\$ 240 (R\$ 1.197). Esse é o primeiro ajuste desde a queda do ditador venezuelano Nicolás Maduro em janeiro deste ano.

### Protestos laborais

O anúncio ocorre em meio a protestos de trabalhadores que pedem salários mais altos para enfrentar a inflação. O ingresso mínimo consiste em um esquema de bonificações, além do salário mínimo, que está em 130 bolívares (R\$ 1,39). O regime recorre a bônus para melhorar a renda desses trabalhadores.

### Salário mais baixo

Os venezuelanos recebem o salário mínimo mais baixo da América Latina, congelado há quatro anos. "Quando vejo trabalhadores protestando, penso: 'Eles têm razão'. Queremos melhores salários e restaurar o que os salários devem representar. Este é o primeiro passo para garantir o poder de compra no país", disse Delcy.

### Aposentados

Ela não detalhou quanto dos US\$ 240 virá do salário base e quanto corresponderá a bônus. Delcy afirmou ainda que aposentados receberão pensões equivalentes a US\$ 70 (R\$ 349), um aumento de 40%. "Não é suficiente", disse, acrescentando que novas medidas para idosos serão avaliadas. A inflação anual atingiu 649% em março, segundo o Banco Central.

### Desvalorização

O último aumento do salário base e da tabela salarial para o setor público ocorreu em março de 2022. Enquanto isso, a desvalorização da moeda local, o bolívar, elevou o custo dos bônus para cerca de US\$ 400 milhões em abril, contra cerca de US\$ 250 milhões em dezembro, segundo consultorias econômicas em Caracas.

### Estreito de Hormuz

Após nova disparada dos preços do petróleo e o aumento do risco de interrupções prolongadas no fornecimento mundial da commodity, os EUA tentam novamente formar uma coalizão internacional com o objetivo de reabrir o estreito de Hormuz, uma das principais rotas de energia do mundo.



Ataques russos contra a Ucrânia tiveram mais de 6 mil drones

# Rússia bateu recorde de drones contra a Ucrânia

## Segundo a AFP, lançamentos de abril bateram recorde na guerra

A Rússia atacou a Ucrânia com um número recorde de drones de longo alcance em abril, segundo uma análise da agência AFP dos dados divulgados pelas forças aéreas ucranianas. Moscou lançou 6.583 drones desse tipo em abril, ou seja, 2% a mais do que em março.

As negociações entre as partes para pôr fim à guerra desencadeada pela invasão russa em 2022 estão estagnadas. Nesse contexto, o Exército russo multiplicou os ataques em plena luz do dia, quando até agora os concentrava à noite. A Ucrânia considera isso uma tática para causar o maior número possível de vítimas civis em uma guerra que já causou dezenas de milhares de mortos.

O número de mísseis lançados por Moscou, 141, também aumentou 2% em comparação com o mês anterior, mas é inferior aos 288 de fevereiro. De acordo com dados da Força Aérea ucraniana, 88% dos drones e mísseis foram interceptados. Kiev desenvolveu sua frota de drones desde o início da guerra e se orgulha da eficácia de seus drones interceptadores. Alguns países do Golfo também utilizaram esses dispositivos para neutralizar os drones Shahed lançados pelo Irã em retaliação à ofensiva israelo-americana.

"A nova tática da Rússia de combinar um vasto ataque noturno com um ataque diurno igualmente vasto provavelmente causará um aumento no número de vítimas civis", estimou o Instituto para o Estudo da Guerra (ISW) em abril.

O objetivo da Rússia pode ser

visar mais "civis e infraestruturas civis, especialmente áreas públicas e abertas, particularmente agora que as temperaturas estão subindo e pode haver mais ucranianos ao ar livre", acrescenta o centro de estudos americano.

Para Pavlo Palisa, vice-chefe de gabinete do presidente ucraniano Volodimir Zelenski, esses ataques durante o dia têm como objetivo "aterrorizar os civis" após os bombardeios devastadores de Moscou contra infraestruturas energéticas durante o inverno, que privaram centenas de milhares de residências de água, eletricidade e aquecimento.

"Há também um aspecto econômico. Os ataques em massa no meio do expediente paralisam em grande parte a atividade", declarou ele no início de abril. A Rússia afirma repetidamente que ataca apenas alvos militares.

Na sexta (1º), um ataque com drones ucranianos provocou um incêndio no porto russo de Tuapse, no mar Negro, segundo autoridades locais. Os moradores alertaram para o risco de uma catástrofe ambiental e exigiram mais ajuda de Moscou.

O comandante das forças de drones da Ucrânia confirmou o ataque, o quarto contra Tuapse desde 16 de abril. Ataques anteriores incendiaram uma refinaria de petróleo na cidade pelo menos duas vezes, interrompendo a produção, como parte de uma estratégia ucraniana mais ampla para prejudicar a enorme indústria energética da Rússia, que financia seus esforços de guerra.

# Nova lei do Reino Unido não proíbe os 'vapes' para jovens

Lei britânica proíbe cigarros para jovens, mas não fala sobre cigarros eletrônicos

Os parlamentares britânicos aprovaram neste mês um projeto de lei que proíbe a compra vitalícia de cigarros por pessoas nascidas a partir de 1º de janeiro de 2009. A medida, porém, não se estende aos cigarros eletrônicos (vapes).

No caso dos vapes, permanecem válidas as regras já existentes. A legislação mantém a proibição da venda de produtos de vaporização e nicotina para menores de 18 anos, além de restrições à publicidade, à embalagem, aos sabores e ao uso desses dispositivos em espaços públicos.

No Reino Unido, cigarros eletrônicos e líquidos com nicotina são regulamentados. A legislação também impõe limites técnicos aos dispositivos, como tanques de até 2 ml, frascos de líquido com nicotina de até 10 ml e concentração máxima de 20 mg/ml.

Como mostrou a Folha de S. Paulo no ano passado, o Reino Unido incorporou os cigarros eletrônicos em sua estratégia de saúde pública para reduzir o tabagismo. O sistema de saúde britânico (NHS) incentiva o uso dos vapes como ferramenta para parar de fumar, com campanhas e programas que incluem até a distribuição de kits gratuitos, como o "Swap to Stop" (troque para parar), lançado em 2023.

A política busca apoiar quem deseja abandonar completamente o cigarro e oferece uma alternativa considerada de menor risco para quem não consegue parar. Segundo o NHS, embora ainda não existam dados completos sobre efeitos de longo prazo, os cigarros eletrônicos são considerados menos prejudiciais do que o tabaco tradicional.



Vaping360 via Wikimedia Commons

**Cigarros eletrônicos não estavam incluídos no pacote da lei britânica antitabagismo**

Um relatório de 2022 do King's College London, encomendado pelo governo britânico, diz que o uso de cigarros eletrônicos reduz substancialmente a exposição a substâncias tóxicas associadas ao câncer, doenças pulmonares e cardiovasculares em comparação ao cigarro tradicional.

O oncologista Helano Freitas, líder do Centro de Referência de Tumores de Pulmão e Tórax do A.C. Camargo, afirma, porém, que não há dúvidas sobre os riscos do vape à saúde respiratória. Segundo ele, já existem casos descritos de lesão pulmonar associada ao uso dos dispositivos, embora ainda não haja comprovação definitiva de relação direta com o câncer.

"O vape é maléfico para a saúde. Ele causa inflamação e lesões nas vias aéreas, podendo levar a

quadros graves, como insuficiência respiratória", explica.

O médico cita também lesões pulmonares associadas ao uso de cigarro eletrônico (Evali, na sigla em inglês). Os primeiros casos foram registrados em 2019, quando os Estados Unidos tiveram 2.807 casos da doença e 68 mortes, com o rápido crescimento do uso desses produtos no país. Com a pandemia, o CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) deixou de fazer o monitoramento, segundo estudo publicado na *The Lancet Respiratory Medicine*.

Em 2024, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas Britânico, o Reino Unido registrou cerca de 5,3 milhões de fumantes adultos, equivalente a 10,6% da população com 18 anos ou mais - o menor nível desde o início da série histó-

rica em 2011. Já o uso de cigarros eletrônicos atingiu cerca de 5,4 milhões de adultos (10% da população com 16 anos ou mais), ultrapassando pela primeira vez o número de fumantes tradicionais, estimados em 4,9 milhões no mesmo período.

O vaping é mais comum entre jovens de 16 a 24 anos, grupo em que 13% relatam uso, embora esse percentual tenha caído em relação ao ano anterior. No recorte por sexo, o uso de vape cresceu entre mulheres, passando de 8,5% em 2023 para 10% em 2024, enquanto entre homens houve leve queda. No geral, os dados indicam um cenário de transição no país, com queda consistente do tabagismo e crescimento do uso de cigarros eletrônicos, que já supera o cigarro convencional em número de usuários.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) afirma que os cigarros eletrônicos contêm nicotina e outras substâncias tóxicas prejudiciais tanto para usuários quanto para pessoas expostas ao acrosol. Diz ainda que os produtos não são isentos de risco e podem liberar substâncias associadas a doenças pulmonares, cardiovasculares e câncer, além de apresentarem riscos de acidentes e intoxicação, especialmente em crianças.

Sobre o uso para parar de fumar, a entidade afirma que ainda não há evidências científicas consistentes de que cigarros eletrônicos sejam eficazes na cessação do tabagismo. Por isso, recomenda estratégias já comprovadas, como aconselhamento profissional, linhas de apoio e terapias de reposição de nicotina, disponíveis no Brasil pelo SUS.

Não há consenso entre especialistas sobre o impacto dos vapes na saúde. Enquanto alguns afirmam que podem ser uma opção para quem quer parar de fumar ou reduzir danos do tabagismo, outros apontam que os dispositivos não ajudam na cessação, aumentam o vício em nicotina e ainda apresentam outros riscos à saúde.

Para o pneumologista Marcos Tavares, do Hospital Nove de Julho, a estratégia britânica foi "bem rígida" na regulação do tabaco convencional, mas menos restritiva em relação aos vapes. "Eles atuaram forte em publicidade, marketing e acesso, principalmente para menores de 18 anos. Mas não houve uma proibição total dos dispositivos eletrônicos", explica.

**Por Laiz Menezes (Folhapress)**

## Polícia do Reino Unido indícia homem que esfaqueou dois judeus em Londres

A polícia do Reino Unido anunciou o indiciamento de um homem que esfaqueou duas pessoas em Golders Green, bairro ao noroeste de Londres com grande população judaica. Essa Suleiman, 45, cidadão britânico nascido na Somália, foi acusado por três tentativas de homicídio e posse de objeto cortante em local público.

Dois das acusações de tentativa de homicídio se referem aos ataques feitos contra Norman Shine, 76, e Shloime Rand, 34, na quarta-feira (29), em Golders Green. As vítimas sofreram, res-

pectivamente, ferimentos no pescoço e perfurações no pulmão, mas estão em condições estáveis. A polícia britânica classificou o ato de terrorista.

Rand estava em uma sinagoga e vestia "roupas tradicionais associadas a um judeu ortodoxo" quando Suleiman teria corrido em sua direção e o esfaqueado, diz a promotora Emma Harraway. Em seguida o suspeito teria atacado Shine, que também vestia trajes judaicos tradicionais, em um ponto de ônibus.

A terceira denúncia está relacionada a um incidente ocorrido

no sul de Londres no mesmo dia, antes dos ataques em Golders Green, quando Suleiman teria ido à casa de um homem e tentado esfaqueá-lo, segundo Harraway. O suspeito também tentou atingir policiais e possui "antecedentes de violência grave e problemas psicológicos", disse o chefe da polícia londrina, Mark Rowley, na quarta, após o ataque.

Nesta sexta, Suleiman compareceu ao Tribunal de Magistrados de Westminster, em Londres, e falou apenas para confirmar seu nome e sua data de nascimento,

sem declarar-se sobre as acusações. O tribunal foi informado pela promotoria que seu endereço seria uma unidade de saúde mental no sul da capital britânica. O homem permanecerá sob custódia até a próxima audiência, marcada para 15 de maio.

Na quinta-feira (30), o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, prometeu reforçar a segurança dos judeus, e o Ministério do Interior elevou o nível de ameaça terrorista do país para "grave", o segundo mais alto em um sistema de cinco patamares. Isso significa que

outro ataque "é muito provável nos próximos seis meses".

Cerca de 30 pessoas foram presas recentemente em investigações sobre incêndios contra locais ligados à comunidade judaica em Londres.

Um grupo até agora pouco conhecido, o Hayi (Harakat Ashab al-Yamin al-Islamiyya), classificado como pró-Irã, reivindicou vários desses incidentes, assim como outros ocorridos na Europa. Na quarta-feira, o Hayi elogiou o ataque com faca em Golders Green e o atribuiu a seus "lobos solitários".

## CORREIO ESPORTIVO

Agência SP



Atleta soma dois ouros e mira Jogos de 2028

## Rayane mira Olimpíada após ouro no atletismo mundial

No último fim de semana, a velocista Rayane Soares brilhou no Grand Prix de Rabat, no Marrocos, ao conquistar ouro nos 100m e 400m na categoria para atletas com baixa visão. O desempenho reforça a meta ousada: buscar índice para disputar a Olimpíada de 2028 contra atletas sem deficiência, além da Paralimpíada. Aos 29 anos, a maranhense da classe T13 soma conquistas importantes, como ouro e prata nos Jogos de Paris 2024. Integrante do Time São Paulo, ela conta com apoio estadual para treinamento e tecnologia. "Meu foco é Los Angeles 2028", afirmou a atleta, que pode se tornar a segunda brasileira a competir em Olimpíada e Paralimpíada no mesmo ano, seguindo os passos de Bruna Alexandre.

## Ponte negocia salários atrasados

A Ponte Preta avançou em acordos para quitar salários atrasados do elenco e funcionários, com previsão de pagamento ainda na primeira quinzena de maio. Paralelamente, o clube também garantiu a permanência do auxiliar Edson Boaro, que chegou a anunciar saída após 14 meses de atrasos, mas recuou após negociação com a diretoria. Os débitos serão pagos de forma parcelada, e o ambiente interno é de união, mesmo após protestos recentes.

Agência SP



Evento reúne 500 jovens ginastas de todo o estado

## Rio Preto recebe Copa de Ginástica

A 14ª edição da Copa de Ginástica Artística abre o calendário de maio da Secretaria de Esportes de São Paulo neste fim de semana, dias 2 e 3, em São José do Rio Preto. O evento reúne 492 atletas, de 8 a 16 anos, representando 47 entidades do estado. As disputas incluem provas como solo, salto, trave e barra fixa, nas categorias feminina e masculina. As competições acontecem no Centro Regional de Eventos, com início às 8h30 no sábado e às 8h no domingo. A programação integra a série de copas esportivas previstas para 2026.

## Arena do Santos segue sem previsão

Mesmo com contrato alinhado, a nova arena do Santos ainda não saiu do papel. A WTorre pediu a suspensão da assinatura enquanto negocia com o BTG Pactual e busca reequilibrar suas finanças, o que travou o avanço do projeto. Sem prazo definido, o clube adota cautela e evita formalizar o acordo. A indefinição pode atrasar o início das obras por meses.

## Paulistão 2027 I

Após empate com o Ituano em Araraquara, a Ferroviária garantiu acesso e está no Paulistão 2027. O time se junta ao Juventus-SP, que voltou à elite após 19 anos. A equipe de Araraquara retorna à primeira divisão depois da queda em 2023. Já Ponte Preta e Velo Clube foram rebaixados para a A2.

## Paulistão 2027 II

Com os acessos definidos, os 16 participantes: Botafogo-SP, Bragantino, Capivariano, Corinthians, Guarani, Mirassol, Noroeste, Novorizontino, Palmeiras, Portuguesa, Primavera, Santos, São Bernardo, São Paulo, Ferroviária e Juventus-SP. As duas equipes recém-promovidas agora disputam o título da Série A2.

## Retorno após Copa I

Submetido a cirurgia no tornozelo esquerdo, Vitor Roque, do Palmeiras, teve procedimento bem-sucedido na última sexta-feira. O atacante inicia a recuperação nos próximos dias e só deve voltar a atuar após a Copa do Mundo. O jogador vinha lidando com dores desde o início da temporada.

## Retorno após Copa II

O departamento médico optou pela cirurgia para resolver definitivamente o problema. O atacante já havia ficado cerca de 40 dias afastado após a final do Paulista e voltou a sentir dores no retorno. A recuperação será feita na Academia de Futebol, enquanto Sosa segue como titular no ataque do Palmeiras durante o período de ausência.

## Final definida I

Está confirmada a decisão da Superliga Masculina 2025/2026: Campinas enfrenta o Cruzeiro no dia 10 de maio, no Ibirapuera. A equipe mineira avançou após vencer o Minas e busca o décimo título. No último ano, o time celeste levou a melhor sobre os paulistas na final, repetindo agora o confronto.

## Final definida II

Vivendo grande fase, o Campinas chega à decisão com 14 vitórias seguidas e três títulos na temporada. A equipe tenta conquistar a taça inédita após dois vice-campeonatos consecutivos. Liderado por Bruninho, o time aposta na base mantida para coroar o momento histórico. A bola sobe a partir das 10h.



Rombo supera previsão e pressiona caixa do clube

## Corinthians amplia déficit e chega a R\$ 93 milhões

Rombo supera previsão, pressiona caixa do clube e acende alerta

Da Redação

Entre janeiro e fevereiro de 2026, o Corinthians registrou déficit de R\$ 93,6 milhões, resultado cerca de 55% acima do previsto no orçamento para o período. O desempenho negativo foi influenciado por despesas operacionais, encargos financeiros e gastos extraordinários concentrados logo no início do ano.

## Dívidas e impacto inicial

Uma parte do prejuízo está ligada a itens não recorrentes, que somaram aproximadamente R\$ 38,6 milhões. Entre eles, estão a premiação paga ao elenco pelo título da Copa do Brasil de 2025, lançada na folha de janeiro, e tributos relacionados à quitação da dívida com o Santos Laguna, do México, pela contratação do zagueiro Félix Torres. Essa operação também permitiu ao clube derrubar o transfer ban imposto pela Fifa.

O cenário financeiro segue pressionado pelo crescimento do passivo a descoberto, que atingiu cerca de R\$ 869,8 milhões ao fim de fevereiro. O indicador aponta patrimônio líquido negativo, ou seja, mesmo que o clube liquidasse seus bens, ainda permaneceria com dívidas expressivas.

No mesmo período, o Corinthians registrou receita operacional bruta de aproximadamente R\$ 143,6 milhões. As principais fontes foram patrocínios e publi-

cidade, que renderam cerca de R\$ 64 milhões, seguidos por bilheteria e programa Fiel Torcedor, com R\$ 27,4 milhões, e direitos de transmissão, que somaram R\$ 26,6 milhões — valor inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Já os custos e despesas operacionais totalizaram cerca de R\$ 132,5 milhões no bimestre. O maior impacto segue sendo o gasto com pessoal, que ultrapassou R\$ 101 milhões. Apesar de ajustes pontuais, a folha salarial continua como principal fator de pressão nas contas.

O clube também registrou receita de aproximadamente R\$ 1,6 milhão com empréstimos de atletas, enquanto desembolsou cerca de R\$ 6,4 milhões na aquisição de direitos de jogadores no período. Ao incluir despesas financeiras, amortizações e depreciações, o resultado final consolidado chegou ao déficit de R\$ 93,6 milhões.

Diante desse cenário, o orçamento de 2026 aprovado com previsão de superávit de R\$ 12 milhões será revisado no meio do ano, conforme o estatuto.

O quadro atual reforça um histórico recente de dificuldades financeiras. Em 2025, o Corinthians encerrou o balanço anual com déficit de R\$ 143,4 milhões, aprovado com ressalvas por órgãos internos e auditorias independentes, indicando a necessidade de ajustes estruturais.

# TDS FIFA Development Scheme debate a formação de base

Seminário ocorreu na Granja Comary com seleções brasileiras de base e profissional

Rafael Ribeiro / CBF

A Granja Comary sediou na última semana a primeira edição do TDS FIFA Development Scheme, um workshop de treinadores de elite de formação, ação conjunta do Departamento de Seleções Masculinas, da Diretoria de Projetos e Desenvolvimento da CBF e da CBF Academy com a FIFA.

O evento promoveu a integração entre todas as categorias masculinas do Brasil, profissional e de base, com palestras, seminários e debates entre treinadores, preparadores físicos, analistas e membros das comissões técnicas das seleções brasileiras sub-15, sub-16, sub-17, sub-20 e principal. Além dos profissionais das seleções, representantes de clubes e especialistas na formação de jovens atletas também participaram.

A iniciativa buscou o aprimoramento e o alinhamento conceitual através da troca de conhecimento entre profissionais da CBF e dos clubes formadores, com a chancela da FIFA. O TDS é um braço da entidade máxima do futebol para organizar, qualificar e acelerar a formação de talentos no futebol mundial.

O evento foi liderado por Diogo Matos, especialista de alto rendimento da FIFA, além de Fernando Brassard e Miguel Alonso, especialistas técnicos da FIFA. Os três profissionais atuam no Programa de Desenvolvimento de Talentos da FIFA, com participação na formação de treinadores e programas de certificação em alto rendimento em nível internacional.

Durante três dias foram discutidos os principais pilares de jogo das seleções de base visando à formação integral de jovens promessas do futebol brasileiro.

A abertura do seminário foi feita pelo técnico da seleção brasileira principal, Carlo Ancelotti, um dos maiores entusiastas da formação com qualidade e focada no aspecto humano, acima de questões técnicas e táticas. Desde que assumiu o comando da Amarelinha, o treinador mantém contato direto com os comandantes das seleções de base.

Ancelotti abordou a preparação do atleta, levando em consideração que ele é um ser humano antes de ser um jogador profissional e destacou que os três pilares da formação, (tático, físico e mental) devem caminhar juntos com a preparação do atleta para uma vida fora do esporte.

“Por trás de um grande profissional, há uma grande figura



Evento realizado na Granja Comary teve como pauta o desenvolvimento das categorias de base do futebol brasileiro

Rafael Ribeiro / CBF

humana. Temos que respeitar o tempo de crescimento biológico do jovem e entender que o jovem jogador é primeiro uma pessoa, depois um atleta”, afirmou.

Rodrigo Caetano, Coordenador Geral de Seleções Masculinas, destacou a participação de Carlo Ancelotti no evento e o interesse do treinador nas etapas de formação de jovens promessas.

“É importante termos a presença do treinador da nossa seleção principal, ele fez questão de participar desse evento, que faz parte da construção de um legado, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do futebol brasileiro.”

“O TDS FIFA Development Scheme também reflete o compromisso da gestão do presidente Samir Xaud com o futebol brasileiro, notadamente o investimento na formação de jovens talentos e a busca pela excelência em todas as etapas de formação”, finalizou.

Para o Coordenador de Seleções de Base, Branco, o workshop foi importante por aproximar ainda mais as seleções de base da seleção principal.

“Foi um encontro raro e extremamente relevante, que deve ser cultivado com frequência para o melhor desenvolvimento do futebol brasileiro.”

A coordenação do evento ficou a cargo de Cícero Souza,



Centro de Treinamento da Seleção, a Granja Comary foi palco do workshop da FIFA com a CBF

Gerente de Seleções da CBF, que saiu empolgado com a iniciativa.

“O workshop tem um caráter histórico. Foi a primeira vez que se realizou um encontro desse nível, integrando de maneira ampla e complexa o futebol profissional e o futebol de base, com a participação de vários representantes de clubes e de especialistas na formação de jovens atletas. O Brasil é muito grande e possui características específicas em todas as suas re-

giões, então é muito difícil definir uma diretriz institucional única de como jogar futebol em todos os cantos do país. No entanto, existem algumas premissas no trabalho de formação de jovens que podem, sim, ser direcionadas pela CBF”, disse.

A iniciativa de reunir profissionais que constroem as seleções e, a partir disso, desenhar quais são as principais características dos treinadores pode alavancar a tão almejada

integração entre as diferentes categorias. Cícero Souza ressaltou a importância da redação de uma Carta de Valores para os formadores brasileiros, que será enviada para todas as entidades que fazem parte do universo do futebol brasileiro voltado para a formação de jovens atletas.

“Vamos consolidar o documento desenvolvido, divulgar nas Federações e clubes e utilizar como documento orientador.”

Por Rudolfo Lago

O jogo embolou. A menos de seis meses das eleições, as pesquisas mais recentes mostram quadro de empate em vários estados tanto para o governo como para o Senado.

Veja abaixo o quadro completo:

#### RIO GRANDE DO SUL

Segundo Quaest na quinta-feira (30), lidera para o governo a deputada estadual Juliana Brizola (PDT), empatada com o deputado federal Luciano Zucco (PL). Juliana tem 24% e Zucco, 21%. Para o Senado, a liderança é da ex-deputada federal Manuela D'Ávila (Pso), com 14%, seguida do ex-deputado federal Germano Rigotto (MDB), com 12%.

#### SANTA CATARINA

Pesquisa Veritá de 5 de abril mostra o governador Jorginho Mello (PL) com 57,9% das intenções de voto. O ex-prefeito de Chapecó João Rodrigues (PSD) é o segundo, com 16,9%. Para o Senado, lidera Carlos Bolsonaro (PL), com 33,5%, seguido pela deputada federal Caroline de Toni (PL), com 19,9%.

#### PARANÁ

Neokemp de quinta-feira (29) aponta liderança para o governo do senador Sergio Moro (PL), com 47,8%. O segundo é Requião Filho (PDT), com 19%. Para o Senado, Deltan Dallagnol (Novo), com 26,8%, seguido de Alvaro Dias (MDB), com 15,9%, empatado com a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT), com 14,5%.

#### SÃO PAULO

Quaest de quinta-feira (29) mostra liderança do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), com 38%. O segundo é o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), com 26%. Para o Senado, a ex-ministra do Planejamento Simone Tebet (PSB). No primeiro pesquisado, ela tem 14%. O ex-ministro do Empreendedorismo Marcio França (PSB) vem em seguida, com 12%.

#### RIO DE JANEIRO

Segundo Quaest divulgada na terça-feira (27), o ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (PSD) lidera para governador. Em um primeiro cenário, ele tem 34%, e o presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), Douglas Ruas (PL) tem 9%, tendo logo atrás o ex-governador Anthony Garotinho (Republicanos), com 8%. Para o Senado, o ex-governador Claudio Castro (PL), com 12%, seguido pela deputada federal Benedita da Silva (PT), com 10%.

#### MINAS GERAIS

Segundo Quaest de quarta-feira (28), o senador Cleitinho (PL) lidera para governador. No primeiro cenário, ele lidera com 30%, seguido pelo ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Khalil (PDT), com 14%. Para o Senado, a liderança é da ex-prefeita de Contagem Marília Campos (PT) com 19%, seguida pelo deputado federal Aécio Neves (PSDB), com 11%, em empate com o senador Carlos Viana (PSD), com 10%, empatado também com Mar-



# PL lidera corrida eleitoral

## Últimas pesquisas, porém, apontam para um cenário de empate na disputa

celo Aro (PP), com 9%, e com Domingos Sávio (PL), com 8%.

#### ESPÍRITO SANTO

Quaest do dia 30 de março aponta liderança do governador Ricardo Ferraço (MDB). Em um primeiro cenário, ele tem 26% e o senador Magno Malta (PL) tem 18%, empatado com o ex-prefeito de Vitória Lorenzo Pazolini (Republicanos), com 17%. Para o Senado, o ex-governador Renato Casagrande (PSB), com 22%, e o ex-governador Paulo Hartung (PSD), com 14%.

#### BAHIA

O ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) lidera, embora empatado na margem de erro com o governador Jerônimo Rodrigues (PT). ACM Neto com 41% e Rodrigues 37%. Para o Senado, o ex-ministro da Casa Civil Rui Costa (PT), com 24%, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), com 22%.

#### SERGIPE

Veritá de 5 de abril aponta liderança do governador Fabio Mitidieri (PSD), com 44,2%. Em segundo lugar, Valmir de Francisquinho (Republicanos), com 34,5%. Para o Senado, o senador Alessandro Vieira (MDB), com 24,7%, seguido de André Moura (União Brasil), com 19,7%.

#### ALAGOAS

Ainda de dezembro do ano passado, Real Time Big Data apontava empate entre o ex-ministro dos Transportes Renan Filho (MDB) e o ex-prefeito de Maceió João Henrique Caldas (PL), conhecido como JHC. Segundo a pesquisa, Renan Filho tinha 48% e JHC 45%. Para o Senado, liderança de Renan Calheiros (MDB) para o Senado, com 26%, seguido de Davi Davino (Republicanos), com 21%.

#### PERNAMBUCO

Quaest de terça-feira (28) mostra o ex-prefeito do Recife João Campos (PSB) à frente, com 42% das intenções de voto. A governadora Raquel Lyra (PSD) é a segunda, com 34%. Para o Senado, a depu-

tada federal Marília Arraes (PDT), com 18%. Em seguida, o senador Humberto Costa (PT), com 12%, empatado na margem de erro com Miguel Coelho (União Brasil), com 10%, que empata com Mendonça Filho (PL), com 8%.

#### PARAÍBA

Veritá de 8 de abril mostra o governador Lucas Ribeiro (PP) à frente com 40,2%. O senador Efraim Filho (PL) é o segundo, com 28,9%, empatado com o ex-prefeito de João Pessoa Cícero Lucena (MDB), 27,3%. Para senador, lidera o ex-governador João Azevêdo (PSB), com 51,8%. Em seguida, o senador Veneziano Vital do Rego (MDB), 20,1%, empatado com Marcelo Queiroga (PL), com 20,1%.

#### RIO GRANDE DO NORTE

Exatus na terça-feira (28) aponta liderança do ex-prefeito de Mossoró Alysson Bezerra (União Brasil), com 37,9%. Álvaro Dias (PL) tem 24,91%. Para o Senado, liderança do senador Styvenson Valentim (Podemos), com 48,6%. Em seguida, a senadora Zenaide Maia (PSD), com 33,8%.

#### CEARÁ

Quaest de quinta-feira (30), tem o ex-governador Ciro Gomes (PSDB), com 41%. O atual governador, Elmano de Freitas (PT), é o segundo, com 32%. Para o Senado, empate entre o senador Cid Gomes (PSB), com 17%, e Capitão Wagner (União Brasil), com 16%.

#### PIAUÍ

AtlasIntel em 18 de março apontava o governador Rafael Fonteles (PT), com 57,7% contra 14% de Margarete Coelho (PP). Para o Senado, o senador Marcelo Castro (MDB), com 24,5%, seguido de Julio César (PSD), com 17,9%, empatado com o senador Ciro Nogueira (PP), com 17,7%.

#### MARANHÃO

Quaest de 19 de março mostra liderança do ex-prefeito de São Luís Eduardo Braide (PSD), com 35%. Em seguida, vem Orleans Brandão (MDB), com 24%. Para o Senado,

o ex-governador Carlos Brandão (hoje sem partido), com 23%, seguido de Roberto Rocha (PSDB), com 11%, o senador Weverton Rocha (PDT), com 9%, que empata com o ex-ministro de Esportes André Fufuca (PP), com 8%, com a senadora Eliziane Gama (PT), também com 8%, e com Pedro Lucas Fernandes (União Brasil), com 7%.

#### TOCANTINS

Real Time Big Data de 25 de março apontava liderança da senadora Professora Dorinha (União Brasil), com 35%. Em seguida, Laurez Moreira (PSD), com 18%. Para o Senado, Eduardo Gomes (PL), com 26%, seguido por Alexandre Guimarães (MDB), com 16%, Carlos Gaguin (União Brasil), com 15%, e Irajá Abreu (PSD), com 14%.

#### PARÁ

Dr. Daniel Santos (Podemos) lidera a corrida segundo Quaest de segunda-feira (27), empatado com a governadora Hana Ghassan (MDB). Santos tem 22% e Ghassan 19%. Para o Senado, a liderança é do ex-governador Helder Barbalho (MDB), com 24%, seguido de Eder Mauro (PL), com 13%.

#### AMAPÁ

Veritá de quarta-feira (29) aponta vitória do ex-prefeito de Macapá Dr. Furlan (MDB), com 67,9%. O governador Clécio Luís (União Brasil) é o segundo, com 28,6%. Para o Senado, lidera Rayssa Furlan (Podemos), com 41,3%, seguida do senador Randolfe Rodrigues (PT), com 25%.

#### AMAZONAS

Veritá na quarta-feira (29) aponta liderança da Professora Maria do Carmo (PL), com 24,3%. Em seguida, o senador Omar Aziz (PSD), com 20,1%. Para o Senado, lidera o deputado Capitão Alberto Neto (PL), com 34,5%, seguido do senador Eduardo Braga (MDB), com 25,3%.

#### RORAIMA

Veritá na quarta-feira (29) aponta liderança do ex-prefeito de Boa

Vista Arthur Henrique (PL), com 60%. Em segundo, Edilson Damiano (Republicanos), com 31,7%. Para o Senado, a pesquisa mostrava liderança do ex-governador Antônio Denarium (PP), com 53,4%. Ele, porém, foi condenado pelo TSE na semana passada. Em segundo, aparece a ex-prefeita de Boa Vista Teresa Surita (MDB), com 37,3%.

#### ACRE

Veritá de 2 de abril aponta liderança do senador Alan Rick (União Brasil), com 41%. O ex-prefeito de Rio Branco Tião Bocalon (PP) tem 26%, empatado com a governadora Mailza Assis (PP), com 25%. Para o Senado, o ex-governador Gladson Cameli (PP), com 36,6%, seguido do presidente da Apex, Jorge Viana (PT), com 22%.

#### RONDÔNIA

Veritá apontava o senador Marcos Rogério (PL) à frente em 24 de março, com 31,8%. O ex-prefeito de Porto Velho Léo Moraes (Podemos) era o segundo, com 16,5%, empatado com o ex-prefeito de Cacoal Adailton Fúria (PSD), com 15,4%. Para o Senado, liderava Bruno Scheid (PL), com 27,9%, seguido de Fernando Máximo (União Brasil), com 17,5%.

#### MATO GROSSO

Real Time Big Data de 24 de março apontava liderança do senador Wellington Fagundes (PL), com 37%. Otaviano Pivetta (Republicanos) vinha em segundo, com 22%, empatado com Jayme Campos (União Brasil), com 20%. Para o Senado, Mauro Mendes (União Brasil), com 31%, seguido por Jainaína Riva (MDB), com 23%.

#### MATO GROSSO DO SUL

Ranking de 12 de abril aponta liderança do governador Eduardo Riedel (PSD), com 43%. Em segundo, o ex-deputado Fábio Trad (PT), com 19,4%. Para o Senado, lidera Reinaldo Azambuja (PL), com 20%, seguido de Capitão Contar (PL), com 18,20%, empatado com Nelsinho Trad (PSD), com 17,4%.

#### GOIÁS

Quaest na quinta-feira (30) mostra liderança do governador Daniel Vilela (MDB), com 33%. O ex-governador Marconi Perillo (PSDB) é o segundo, com 21%. Para o Senado, Gracinha Caiado (União Brasil), com 22%. O senador Vanderlan Cardoso (PSD) é o segundo com 12%, empatado com Zacharias Calil (MDB), com 11%, Gustavo Gayer (PL), com 10%, e Delegado Humberto Teófilo (Novo), com 8%.

#### DISTRITO FEDERAL

Pesquisa Veritá de 1º de abril aponta empate entre diversos candidatos. O ex-governador José Roberto Arruda (PSD) aparece à frente, com 24%. Empatado na margem de erro com a governadora Celina Leão (PP), com 22%. Que empata com o senador Izalci Lucas (PL), com 21,5%. Empatado com Leandro Grass (PT), com 21,4%. Para o Senado, a pesquisa aponta liderança de Michelle Bolsonaro (PL), com 31,6%, seguida da deputada federal Erika Kokay (PT), com 24,8%.